3 1761 07300417 8

Pessanha Jose
O calis de ouro do
Mosteiro de Alcobaca

NK
7225
P48

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA
X
(Colecção louvada pelo Ministério da Instrução Pública)

D. JOSÉ PESSANHA
Professor da Escola de Belas-Artes de Lisboa

O CÁLIS DE OURO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

A PORCELANA EM PORTUGAL

(PRIMEIRAS TENTATIVAS)

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

O CÁLIS DE OURO
DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

A PORCELANA EM PORTUGAL

(PRIMEIRAS TENTATIVAS)

SUBSÍDIOS PARA A HISTORIA DA ARTE PORTUGUESA
X
(Colecção louvada pelo Ministério de Instrução Pública)

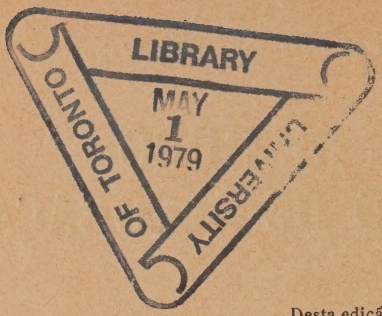
D. JOSÉ PESSANHA
Professor da Escola de Belas-Artes de Lisboa

O CÁLIS DE OURO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

A PORCELANA EM PORTUGAL

(PRIMEIRAS TENTATIVAS)

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923



Desta edição
tiraram-se 100 exemplares em papel de linho
numerados e rubricados

NK
7225
P48

O CÁLIS DE OURO
DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

O CÁLIS DE OURO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

I

Em muitos dos numerosos conventos do nosso país, especialmente nos que eram de fundação régia, acumulavam-se preciosidades artísticas do mais alto valor: — peças de ourivesaria e obras de talha, quadros e iluminuras, tecidos e bordados, tapeçarias e mobiliário...

O poderoso mosteiro cisterciense de Alcobaça, fundado por D. Afonso Henriques e largamente protegido por quási todos os nossos monarcas, encerrava a mais surpreendente riqueza de arte. À extensão dos seus domínios territoriais; às prerrogativas do dom abade; à beleza arquitetónica de muitas das partes do edifício — correspondia um valiosíssimo recheio de obras de ourivesaria, alfaias, quadros, livros com iluminuras.

Uma das peças mais notáveis do tesouro do convento era um primoroso cális de ouro, com figuras em relêvo, esmaltes e pedras preciosas.

Três versões corriam acêrca da sua origem.

Segundo uma, o precioso vaso teria sido feito das joias da formosa e desventurada Inês de Castro, doadas ao convento por D. Pedro I.

Acha-se memória dela em um *cronicon* exarado na primeira página do códice n.º 104(1) da *livraria velha*, ou manuscrita, de Alcobaça (*Homilias* de Origenes):

«*Calicem aureum cum patena, qui est in tesaurò, donauit rex Petrus, ex armilis et pendentibus domne Ines de castro, inclite regine Portugalie et algarbii, pro cuius anima donata fuit villa de paredes*».

São, porém, evidentemente apócrifos, tanto êste como os outros registos do aludido *cronicon*, escrito no século XVI, mas afectando o carácter da letra do códice, que data do século XIII. Duas penas se fizeram cargo de, no próprio lugar, desmascarar o falsário. Adverte uma: — «*Falsò narrata, et ignavè scripta*»; e outra: — «*littera decimi sexti sæculi ficte scripta, et falso narrans*». O autor do índice impresso dos códices alcobacenses, quando descreve o que tem o n.º 104, também diz, em referência às memórias da primeira página: — «... *secunda manu addita videntur*» (2).

Afirmavam outros que o famoso cális proviera de joias legadas ao mosteiro por D. Afonso II (3).

---

(1) Tem actualmente na Biblioteca Nacional o n.º 360.

(2) Pág. 62.

(3) D. Sancho I legara ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a sua copa de ouro *(copam meam auri)*, para que dela se fizesse uma cruz e um cális, o que se cumpriu, constituindo a cruz um exemplar interessantíssimo, que tem figurado em diversas exposições e se encontra actualmente arrecadado na casa forte do palácio das Necessidades. D. Afonso legou, é certo, algumas joias ao mosteiro de Alcobaça, mas sem cláusula: — «*Et mando monasterio Alcupacie omnes*

A fl. 5 de um *Ljuro das rendas, fazenda, propiedades & fóros* do convento de Alcobaça (1), organizado em 1530, encontra-se, num inventário da prata e ouro da sacristia, mandado fazer pelo cardial-infante D. Afonso, filho de el-rei D. Manuel e abade-comendatário de Alcobaça, a verba seguinte:

«Hum calez douro, laurado de figuras enleuadas & todo smaltado de cores com sua pedraria de robiis, esmeraldas & Çafyras. E a patena tambem douro, smaltada; muito rico; que pesou todo iunto noue marcos douro».

E, à margem, esta nota, de letra moderna, anterior, porém, a 1713, ano em que dela e de outras passagens referentes ao cális se extraiu certidão no cartório de Alcobaça, como adiante se verá:

«ElRey D. Affonso 2.º deixou a este mosteiro todas as suas joias e aneis, como consta do seu testamento, que está no 1.º Liuro dos «*dourados*», fol. 15. Destas joias se deuia de fazer o caliz de ouro, e não das joias de Donna Ines de Castro, como alguns velhos dizião; poes não consta pellas escritturas de ElRey D. Pedro que as taes joias se dessem a este mosteiro. = *Fr. Paulo Brandão*».

---

meas sortelias, maiores et minores, et anulos quos habuero in die mortis mee».

¿Que diferença haveria entre *annulus* e *sortelia*? Ducange, no seu *Glossarium*, dá a ambos os vocábulos a significação de *anel*. *Sortelia* (de *sors*), latim bárbaro, a que corresponde em português *sortelha*, em espanhol *sortija*, era, primitivamente, um anel de carácter religioso e talismânico: vid. *Revista Lusitana*, II (1890-92), 261 (artigo do Sr. Dr. J. Leite de Vasconcelos); Viterbo, *Elucidario*, II, 331; e Teixeira de Aragão, *Anneis*.

(1) Tem na Tôrre do Tombo o n.º 212.

Asseveravam outros, emfim, que o precioso cális fôra dádiva do cardial-infante D. Afonso, ou de el-rei D. Manuel, quando, na menoridade de seu filho, governou o mosteiro.

Também desta opinião se encontra registo nos códices alcobacenses. Na última página do códice n.º 212 (1) (obras de Rufino e de Santo Isidoro), há um registo, — espécie de cronicon, — de letra do século XVI, acêrca de vários sucessos relacionados com a história do convento, entre êles a morte do cardial D. Afonso. Na memória referente a êste último facto, memória três vezes impressa (uma, por Fr. Angelo Manrique, no tômo II dos seus *Annales Cistercienses*, série dos abades de Alcobaça, pág. 11; outra, por Jorge Cardoso, a fl. 666 do tômo II do *Agiologio Lusitano;* e outra, por Fr. Fortunato de S. Boaventura, a pág. 45 das *Provas e addições* da sua *Historia chronologica e critica da Real Abbadia de Alcobaça*) — lê-se o trecho seguinte:

«..... *chorus suo tempore initium sumpsit, et finem ad usque est perductus; nec non et domus sacraria, hec est sacristia, suis diebus fuit constructa; et calix aureus mirifice elaboratus; studia quoque literarum ipse introduxit; et infirmitorium facere jussit*».

No inventário que citei e que tem a data de 3 de Dezembro de 1536, há igualmente (2) uma verba, anotada, que se liga com esta última conjectura. Eis a verba:

«Duas galhetas de prata, douradas, grandes, que seruẽ com o calez douro. As quaes deu o Cardeal Iffant., nosso senhor; & pesarão seis marcos & meo & hũa õça».

---

(1) N.º 375 na Biblioteca Nacional.

(2) A fl. 5 v.

À direita, na coluna destinada à indicação abreviada do pêso, a seguinte observação, por letra do século XVII:

«Estão já desfeitas e comsumidas».

Agora, as notas marginais, de letras diversas: Diz a primeira, da pena, evidentemente, de quem lavrou a que já copiei e Fr. Paulo Brandão subscreveu:

«Daqui se collige que o Cardeal Dom Affonso não deo o caliz de ouro, poes se não faz menção disso, e, aliás, se declara expressamente que dera galhetas pera seruirem com elle; e, maes abaixo, no fim deste inuentario, se explica que deo hũa arquinha de prata, pera estar nella o Santissimo Sacramento» (1).

Outro monge contestou:

«Pella memoria antiga que está no fim das obras de Rufino (2), se uê que o Cardeal Iffante Dom Affonso, filho de ElRey Dom Manoel, deu o Calix de ouro».

E outro ainda:

«V. L. dos Obitos, fl. 81 e 82» (3).

---

(1) «Hũa Arquinha de prata, toda branca, con hũ vidro diante. A qual mandou ho Cardeal, nosso senhor, pera star ho Sãcto sacramento; & nam se pesou por estar com este impedimento». (Fl. 7).

(2) Alusão ao cronicon de que já transcrevi a parte em que se fala do cális.

(3) Nem na Tôrre do Tombo, nem na Biblioteca Nacional, nem na livraria da Academia das Sciências de Lisboa, se encontra êste obituário. Numas *Reflexões históricas* de Fr. Manuel de Figueiredo, acêrca das letras que se vêem em diversos pontos do cális, — trabalho a que adiante me referirei, — cita-se, porém, êsse livro, informando-se que fôra organizado em 1690 por Fr. Benedito de S. Ber-

Esta terceira hipótese é, cronològicamente, a verdadeira. Em inventário mais antigo, feito a 28 de Abril de 1519, por outro, de 6 de Junho de 1510 (1), mencionam-se dois cális de ouro, nenhum dos quais, — pode quási afirmar-se, — é aquele de que nos ocupamos, porque nem de um nem de outro se diz que tivessem esmaltes e figuras em relêvo, e não é crível que estas evidentíssimas circunstâncias fôssem omitidas, porque eram ellas, principalmente, que assinalavam e enriqueciam o cális.

O inventário de 1536 não as desprezou, como vimos. No de 1519, a verba respectiva aos cális de ouro é assim redigida:

«Item — dous callezes douro: huũ, grande, com sa patena de pedraria com ho dicto caleze e laurado de fynagrana, com aljofre, menos noue pedras no pee; e na maçã faleçem dezanoue pedras. E o aljofre nom se conta, porque he muyto meudo. E na patena falleçem sejs pedras, e he dessoldado. E ó pequeno he todo cheo. Os quaaes callezes nós vymos, e sam Rycos e muyto Reaaes».

Mas o argumento decisivo é o carácter da patena, que muitos ainda conheceram. Tanto os lavores a buril, como

---

nardo, e que êste monge atribuía igualmente o cális ao cardial D. Afonso.

Fr. Benedito, ou Bento, de S. Bernardo foi cartorário e, depois, bibliotecário, de Alcobaça, e elaborou um sumário do cartório (1672) e um catálogo da livraria (1684). — Vid. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, I, 499.

(1) Tôrre do Tombo, *Corpo chronologico*, parte 1.ª, maço 24, doc. 65. Publicou-o na íntegra o Dr. Sousa Viterbo, em complemento do seu estudo sôbre a Exposição de Arte ornamental, inserto no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3.ª série, pág. 565.

os esmaltes, indicàvam de modo claro e positivo que essa joia de ourivesaria datava do século XVI, do período do Renascimento. Para mais, o esmalte da face superior, que representava a ceia de Cristo, era, segundo me informou José Queiroz, cópia de Alberto Dürer (1471-1528).

Que, porém, o cális fôsse dádiva do cardial-infante, é que me parece contestável. Não que deva ligar-se grande importância ao facto de não ser mencionado como tal no inventário de 1536, ao passo que das galhetas e do cofre de prata se regista haverem sido oferta sua. Todos que conhecem documentos dessa índole e dêsses afastados tempos, sabem que, em geral, não primam pelo método nem pela coerência. Mas a circunstância de não figurarem no inventário de 1536 os dois cális descritos no de 1519 leva-me a supôr que a congregação os houvesse vendido (talvez como sucata), para adquirir o outro, tanto mais que de um dêles, — do maior, — se dizia, no segundo daqueles dois anos, estar *dessoldado*.

A ser assim (o que de nenhum modo pode, é claro, asseverar-se), o precioso cális teria sido acquisição da própria comunidade cisterciense, embora durante o govêrno, e, acaso, por iniciativa, do cardial-infante, o que bastaria para justificar a passagem do cronicon citado, a qual, rigorosamente, não implica a afirmativa de que houvesse sido dádiva de D. Afonso o cális de ouro:

«... domus sacraria, hec est sacristia, suis diebus fuit constructa, et calix aureus mirifice elaboratus.».

Fôsse, porém, como fôsse, é evidente, — repito, — que essa notável peça de ourivesaria datava do século XVI.

Nenhum documento, nenhuma passagem de crónica, nos revela o nome do artífice. O sr. Joaquim de Vasconcelos, fundando-se no exame da patena, supõe o célebre cális obra alemã (1).

É avultado o número de ourives estrangeiros que em diversas épocas trabalharam em Portugal. Sabe-se que, nos primeiros tempos da monarquia, exerciam entre nós a sua arte bastantes ourives árabes. Mestre Jozepe, *ourives da rainha*, citado numa carta de D. Fernando; o ourives Salter, a quem foram, em 1421, aforadas umas casas em Santarém, não eram, de certo, portugueses. Em 1457, aprovava D. Afonso V a *ordenança* feita entre os ourives de Lisboa e os estrangeiros, assim da prata como do ouro, que nesta cidade viessem *assentar suas tendas e usar seus officios* (2).

No tempo de D. Manuel, trabalhou aqui um habilíssimo ourives flamengo ou alemão, Johan van den Staygolstsyt, designado entre nós, como Olivier de Gand e outros artistas estrangeiros, pelo nome próprio, antecedido da palavra *mestre*.

Por um dos capítulos do testamento da rainha D. Leonor, publicados na *Chronica Serafica* de Fr. Jerónimo de Belém (3), sabe-se que é obra de *Mestre João* o notabilíssimo relicário de ouro do convento da Madre de Deus, fundação da ilustre princesa (4); e de um alvará de D. Manuel, arqui-

(1) Exposição distrital de Aveiro (1882) — *Album*, 52, nota 3.

(2) Vid. o meu artigo sôbre os cális bisantinos do Museu Nacional, em o n.º 4 da *Arte Portugueza* (Lisboa, 1895).

(3) Parte III, pág. 85.

(4) Eis o capítulo: — «Item, deixo ao dito Moesteiro da Madre

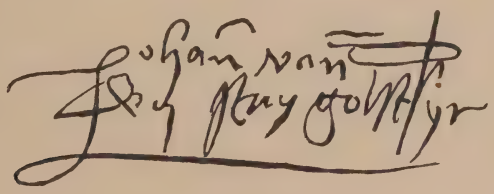
vado na Tôrre do Tombo (1) e citado por João Pedro Ribeiro (2) e pelo Dr. A. Felipe Simões (3), vê-se que a *Mestre João* fôra encomendada pelo venturoso monarca, por 151$430 reais, uma custódia para o mosteiro da Conceição, de Beja, — peça que, infelizmente, se não encontrava já no convento, quando se realizou a Exposição de Arte ornamental (4). Noutro documento da época nos aparece

---

de Deos o Relicario que fez Mestre João, em que está o santo Lenho da Vera-Cruz, que ora anda na cruz d'ouro, pequena; e assi está nelle o Espinho da Corôa de N. Senhor Jesu Christo com certos fios da sua vestidura, o qual Relicario he todo d'ouro, guarnecido com certas pedras finas, que estão dentro».

Êste relicário, actualmente encorporado no Museu Nacional de Arte Antiga, é uma das mais notáveis obras de ourivesaria que existem no país. Figurou na Exposição retrospectiva de Arte ornamental. Vid. *Catalogo illustrado*, pág. 20 e est. 86.

(1) *Corpo chronologico*, parte 1.ª, maço 10, doc. 55. Porque se tem qualificado de duvidosa a leitura do apelido de Mestre João, reproduzo aqui a sua assinatura tal como subscreve o recibo exarado nesse diploma:



(2) *Dissertações chronologicas e criticas*, v, 332.

(3) *A Exposição retrospectiva de Arte ornamental*, 96.

(4) O mosteiro da Conceição possuia também outra notável custódia, como se vê da seguinte passagem da citada *Chronica Serafica* (II, 482): — «O seu mayor desempenho (da infante D. Beatriz, funda-

ainda o nome de *Mestre João* (1): — a 23 de Novembro de 1510, escreviam os oficiais da Casa da Índia a el-rei D. Manuel que, pelo moço de estribeira João Afonso, lhe enviavam, segundo as suas ordens, o colar que Pero Afonso havia trazido (do Oriente, sem dúvida); e que essa joia fôra avaliada por *Mestre João* e Diogo Rodrigues em 500 cruzados, — *favorávelmente, como Sua Alteza mandava que se fizesse às semelhantes cousas* (2). ¿Seria acaso Johan van den Staygolstsyt o autor do cális de Alcobaça? É possível; mas nenhum elemento seguro nos permite insistir nesta vaga conjectura. O cális poderia ter sido executado fora do país; poderia havê-lo fabricado em Portugal artista alemão ou flamengo que não fôsse o autor do relicário da Madre de Deus; poderia, ainda, ter sido obra de artista português sob uma forte e decisiva influência estrangeira, — hipótese esta que, todavia, se me afigura a menos provável.

É certo, no entanto, que havia então bastantes ourives portugueses, de alguns dos quais nos conservaram os nomes os documentos da época: — Gil Vicente, o autor da famosa e singular custódia de Belém; Diogo Rodrigues, que figura na carta, que citei, dos oficiais da Casa da Índia e num mandado de 18 de Setembro de 1515, em que D. Manuel ordenava ao seu tesoureiro, Rui Leite, que entregasse a

---

dora do convento) se mostra em huma rica Custodia, que deu para a exposição do Santissimo, esmaltada com quarenta e sette pedras preciosas, e dezanove perolas orientaes...».

(1) É muito de supôr que os três documentos se refiram ao mesmo artista.

(2) *Corpo chronologico*, parte 1.ª, maço 9, doc. 102.

Frutos de Gois os dois bacios dourados e o gomil que êsse artista lhe havia então feito, para serviço da sua guarda-roupa, e bem assim um tecido de ouro, *anilado*, obra do ourives Álvaro Pais (1); Vicente Fernandes, a quem o afortunado monarca mandava pagar, em 6 de Abril de 1512, a quantia de 7$203 reais, de obras que fizera (2); Belchior Rodrigues, ao qual, por alvará de 1 de Agosto de 1515 (3), el-rei ordenava se entregassem 120$000 reais, em que tinham sido avaliadas umas suas casas, demolidas para *despejo* do adro da igreja de Gião (S. Julião), em Lisboa.

*

Extintas as ordens religiosas, foi o cális remetido, com

---

(1) *Corpo chronologico*, parte 1.ª, maço 18, doc. 97. O conhecimento, ou recibo, exarado no documento oferece interessantes esclarecimentos acêrca dos objectos a que o mandado se refere. As bacias eram de água às mãos, *lavradas de romano*, douradas interiormente e com esferas esmaltadas *nos meios* (isto é, provàvelmente, nos fundos). Pesavam ambas 16 marcos, 5 onças e 6 1/2 oitavas de prata. O gomil era pequeno, dourado todo, *lavrado de magos* e de *cinzel baixo*. Pesava 8 marcos, 7 onças e 5 1/2 oitavas. Quanto ao tecido dourado, formava uma guarnição de cinta, com sua fivela, charneira e biqueira, e dez *tachões*, tudo *anilado*. Tinha de pêso 35 cruzados e 63 grãos de ouro.

Note-se a expressão — *lavrados de romano*. É vulgar, bem como outras equivalentes *(lavrado ao romano; obra romana)*, em documentos dêste período. Queria-se, talvez, designar assim o trabalho no gôsto do Renascimento italiano, — a obra dêsses ourives e escultores que, na sua curiosa *Miscellanea*, Garcia de Resende proclamava *mais sutis e melhores* que os das épocas passadas.

(2) *Corpo chronologico*, parte 1.ª, maço 11, doc. 56.

(3) *Ibidem*, parte 1.ª, maço 18, doc. 53. Cfr. o doc. 96.

outras preciosidades, para a Casa da Moeda, cujo provedor dirigia ao ministro da Fazenda, em 30 de Setembro de 1835, o seguinte ofício:

«Il.mo e Ex.mo Sr. — Entre os objectos de valor do extinto convento de Alcobaça, que foram entregues nesta casa, encontra-se o precioso e antiquíssimo cális de ouro, feito na Holanda, no ano de 1187 (1); sucede, porém, faltarem-lhe algumas peças do pé ou coluna que sustenta a cúpula (como se vê da nota junta); não sendo o pêso que se achou no acto da sua entrega nesta casa, igual ao que vem mencionado na relação feita na sub-prefeitura de Lamego, a qual, posteriormente à referida entrega, foi remetida a esta repartição. Julgo do meu dever levar o que fica exposto ao conhecimento de V. Ex.ª, para que V. Ex.ª dê as providências que julgar convenientes.

«Deus guarde a V. Ex.ª Casa da Moeda, 30 de Setembro de 1835. — Il.mo e Ex.mo Sr. José da Silva Carvalho, ministro, conselheiro e secretário de estado dos negócios da Fazenda. — O provedor, *António Cabral de Sá Nogueira*».

Relação a que se refere o ofício: — «Um cális de ouro com esmalte, figuras em relêvo e pedras engastadas, pesando 10 marcos, 3 onças e 2 oitavas».

«*N. B.* Êste cális se entregou desmantelado, contendo doze peças, incluindo a patena, e pesou nesta casa 9 marcos, 7 onças e 4 oitavas» (2).

José da Silva Carvalho providenciou como lhe cumpria, mandando entregar o cális à Biblioteca Pública, para ser

---

(1) É a opinião de Bluteau, adiante referida.

(2) *Apud* Teixeira de Aragão, *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, I, 98, nota 4.

conservado no seu gabinete de numismática e antiguidades (1).

Um ano, se tanto, apenas, se conservou ali, porque em 1836 foi de lá roubado, uma noite, juntamente com um saco onde se encontravam reünidas as moedas de ouro, — algumas de primeira raridade (2).

Cêrca de dois séculos antes, havia o precioso cális desaparecido do mosteiro de Alcobaça. No primeiro volume da interessante colecção de sentenças organizada por António Joaquim Moreira, e hoje pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa (3), cita-se, a fl. 94, uma carta do duque de Bragança ao geral de Alcobaça, datada de Vila Viçosa, a 20 de Setembro de 1640, sôbre a fuga de Fr. João de Mendonça, que levara roubado o cális de ouro (4).

Não encontrei essa carta entre os documentos que daquele mosteiro foram transferidos para o Arquivo Nacional. Ignoro, pois, como as cousas passaram. É, todavia, certo que, dessa vez, o cális foi restituído, o que não sucedeu em 1836. Se foi enriquecer algum museu ou colecção do estrangeiro, ou se o ladrão, no intuito de melhor se pôr a coberto da responsabilidade, o fez em pedaços, vendendo-o como sucata, não o posso conjecturar.

Ficou a patena, que, mercê da disposição do estôjo que

---

(1) Portaria de 20 de Outubro de 1835.

(2) Alude a êste facto o Dr. José Feliciano de Castilho, no seu elucidativo *Relatorio ácêrca da Bibliotheca Nacional de Lisboa e mais estabelecimentos annexos*, I, 69.

(3) Secção de Mss., B-16-1 (n.º 851 no inventário respectivo).

(4) Devo esta indicação ao Sr. J. J. da Ascensão Valdez, ilustrado funcionário da Biblioteca Nacional de Lisboa e estudioso arqueólogo.

continha as duas peças, não foi vista pelo roubador. Essa mesma, porém, encorporada mais tarde no Museu Nacional de Belas-Artes, desapareceu igualmente, pois, tendo sido enviada, em 1892, à Exposição colombina de Madrid, não foi encontrada, no regresso, entre os objectos portugueses, e ainda se lhe desconhece o paradeiro. Tinha lavores abertos a buril, e dois esmaltes, um em cada face. O diâmetro, como se pode verificar pela caixa, modernamente feita, em que se guardava na Biblioteca Nacional, era de $0^{m},16$. Figurou em 1882 na Exposição retrospectiva de Arte ornamental (1).

Com razão dizia o Dr. Sousa Viterbo:

— ¡Triste sina persegue o cális de Alcobaça!

¡Se até o estojo que o encerrava, e que, não há muito, existia ainda na Biblioteca, se não encontrou, quando, a instâncias minhas, ali foi procurado! Console-nos dessa perda a informação, que me deu um dos funcionários daquele estabelecimento, de que nenhuma particularidade de forma havia no estojo, que mais ou menos eficazmente nos auxiliasse na reconstituïção imaginativa da preciosíssima joia. Da perda do cális e da patena é que nada pode consolar-nos.

O desenho a que se faz referência numa das cartas adeante transcritas, perdeu-se também. Tôsco, embora, como sem dúvida era, teria altíssimo valor.

¡Implacável sina persegue, efectivamente, o cális de Alcobaça!

Vejamos que circunstâncias deram motivo aos docu-

(1) Vid. *Catalogo illustrado*, 25.

mentos agora publicados, e que são tudo quanto hoje possuímos do riquíssimo (ia escrever desditoso) cális.

*

A canonização de Santo André Avelino foi celebrada em Lisboa pelos clérigos regulares teatinos ou *caetanos*, a cuja ordem pertencera, com um soleníssimo oitavário, de 29 de Julho a 5 de Agosto de 1713. Em harmonia com o gôsto do tempo e as tendências académicas e eruditas da congregação, entenderam aqueles religiosos completar as suas manifestações de aplauso, fazendo preceder nesse ano a festa do novo santo (a 10 de Novembro) de um certame literário, que durou dois dias, e em que foram juízes o conde da Ericeira (D. Francisco Xavier de Meneses) e os marqueses de Fronteira e Alegrete (1).

---

(1) O programa está impresso: — *Certame sacro em obsequio de Santo André Avellino, clerigo regular, canonizado aos 22 de Mayo de 1712.* — Lisboa, na Oficina Real Deslandesiana; 1713; fl. de 8 pág. *in*-4.º

São interessantes, porque descrevem minuciosamente as ornamentações dos lugares das festas, os seguintes folhetos de *un español matritense:* — *Noticia individual del sagrado culto, con que la devocion desta Corte de Lisboa celebrò en un Octavario de solemnes fiestas la canonizacion del gloriosissimo S. Andres Avelino, de los Clerigos Regulares Teatinos, en su Iglesia de nuestra Señora de la Divina Providencia, con la descripcion de su magnifico adorno.* — Lisboa, Imprenta Real Deslandesiana; 1713; fl. de 32 pág. *in*-4.º

— *Breve noticia del certamen sacro-poetico com que previnieron los Clerigos Reglares Teatinos de la Divina Providencia de esta gran Corte de Lisboa el dia natalicio del gloriosissimo S. Andres Avelino en*

Um dos assuntos designados era a interpretação de umas letras esmaltadas no cális de ouro do mosteiro de Alcobaça, as quais o padre D. Rafael Bluteau copiara e se propunha decifrar. Além do erudito e benemérito autor do *Vocabulario Portuguez e Latino*, entrou na lide o padre D. Manuel Caetano de Sousa, director da Academia Real da História.

A dissertação de Bluteau está impressa nas suas *Prosas Portuguezas, recitadas em differentes Congressos Academicos* (1), e intitula-se: — «*Prosa enigmatica, interpretativa. Dissertação literaria, cabalistica, e moral, sobre o sentido de cento e trinta e sete letras, esmaltadas na circunferencia do pé, e garganta de hum antiquissimo Calix de ouro do Real Mosteiro de Alcobaça. Recitada em Lisboa, na Casa dos Clerigos Regulares, estando presente El Rey de Portugal, que Deos guarde, Dom João quinto. em occasião de hum Certamen Sacro-Poetico, celebrado na dita Casa, no dia 19.* (2) *de Novembro de 1713. em applauso da canonização de Santo André Avellino, Clerigo Regular*».

Bluteau interpreta assim as misteriosas letras do cális:

«Hic est calix sanguinis mei,
Novi et æterni testamenti,
Qui pro vobis et pro multis
Effundetur.

Joakim Klvdphik fvdi, Boldvk,
A. Dom. Mil. C. LXXXVII».

---

aplauso de su canonizacion. — Lisboa, Imprenta de Miguel Manescal; 1714; fl. de 12 pág. *in*-4.º

(1) Parte I, pág. 363 e segg.

(2) Aliás, 9.

Não entram nestas palavras as 137 letras que figuravam no programa do certame. Bluteau opina que as restantes não tem sentido, havendo sido introduzidas na inscrição ùnicamente para dificultar a inteligência das outras, em harmonia com os preceitos da steganografia. Quanto a umas letras de menor corpo, que não copiara, e que, depois de publicado o certame, Fr. Manuel dos Santos, o autor da *Alcobaça illustrada*, descobrira, e notificara, como veremos, a D. Manuel Caetano de Sousa, — julga Bluteau formarem sentido independente, não se considerando, além disso, obrigado a explicá-las, por não fazer menção delas o programa.

Kludphik, o supôsto ourives, seria flamengo ou alemão.

Em seguida (1), publica Bluteau outra explicação das letras, que declara ter-lhe sido enviada por *um curioso anónimo*. Êste imaginoso decifrador, tomando cada letra como inicial de uma palavra, interpreta dêste modo as da base do cális:

«1190. Kalendas Octobris initium domus Alcobaciæ 1191. factus fuit hic Calix ex fœudo Domini Regis Alphonsi Beatæ Mariæ Virgini Ordinis Cisterciensis posita in Gallia in Diœcesi Lingoniensi verè Patrona nostra, & Regni nostri liberans illud Sarracenorum; & erat vir Abbas Bernardus jussit illum hagere in servitium B. M. semper Virginis, & in obsequium Regis, qui dedit per tributum quinquaginta morabitinos, tunc Galliæ, nunc nostro Monasterio, sub tutella talis Virginis novè erecti brachio suo, tale tributum, tale fœudum, illi applicatum, ut laudemus talem Virginem, & oremus per illum instanter vigiliis, & orationibus: vivat in æternum. Hoc habet hic Calix».

(1) A pág. 391 e segg.

As do nó são assim explicadas:

«*Hieronymus Joachim Operator Domini Regis fecit Calicem hunc Kalendas Octobris ex jussu Bernardi Abbatis Gubernatoris Monasterii Alcobaciæ novè erecti invocationis Sanctæ Mariæ Virginis verè initiati nostro tempore*».

Esta memória não foi, segundo parece, lida no certamen, porque não se refere a ela, na sua descrição dessa festa académico-religiosa, o aludido *español matritense*.

A de D. Manuel Caetano de Sousa não se imprimiu. Citam-na Barbosa Machado, na sua monumental *Bibliotheca Lusitana* (1), e o conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, no catálogo que publicou das obras do erudito teatino, sob o título de *Bibliotheca Sousana* (2). Aí, diz o conde: — «Achou-se depois a verdadeira explicação destas letras, que, com o mais que se compôs sôbre êste assunto, deve unir-se, quando se imprimir esta dissertação (3)». O *español matritense*, autor dos folhetos que citei, dá a entender que havia idea de publicar um livro do certame, em que a memória de D. Manuel Caetano de Sousa sem dúvida entraria. O próprio autor, numa das cartas que constituem a parte principal dêste trabalho, alude

---

(1) Tômo III, pág. 207.

(2) Pág. 71.

(3) Ignoro a que tentativa de interpretação se refere D. Francisco Xavier de Meneses. Á de Fr. Manuel de Figueiredo, a que já aludi, e de que adiante dou notícia, não podem evidentemente aplicar-se as palavras do ilustre académico, porque a *Bibliotheca Sousana* foi impressa em 1737, e o trabalho do cronista cisterciense tem a data de 1767.

ao pensamento de a imprimir. Nem isoladamente, porém, nem com as outras composições premiadas, nem em vida do autor nem depois da sua morte, se publicou a memória de Sousa. Não se perdeu, todavia. Existem dela dois exemplares, junto das cartas a que me tenho referido, e de outros documentos relativos ao cális. Um dos exemplares é apurado, sem emendas, e foi, porventura, o lido no certame; o outro tem algumas correcções e grande número de notas à margem, parecendo ter servido de original ao primeiro, e, depois, de esbôço do trabalho que D. Manuel Caetano de Sousa tencionava dar à estampa, e cujo plano comunica a Fr. Manuel dos Santos numa das cartas adiante impressas.

Fundando-se não só no cronicon exarado no volume 202 da *livraria velha* de Alcobaça, mas também no género dos esmaltes e na forma dos caracteres da legenda, Sousa atribui o cális a D. Manuel, que o teria mandado fazer em 1505 ou 1506, do primeiro ouro das pareas de Quiloa, como a célebre custódia de Gil Vicente, e o haveria oferecido ao mosteiro em 1520, quando aí levou seu filho, o cardial D. Afonso. Quanto às letras, supõe formarem seis versos latinos e a seguinte dedicatória:

«*Emanueli, Regi Regum, Emanuel, Lusitaniæ Rex, X.º Imperii*»;

ou:

«*Emanueli, Regi Regum, Emanuel Lusitanus, Regni XI.º*»;

ou, ainda:

«*Eucharistico Regi, Emanuel I, Rex Lusitaniæ, Regni X.º*».

Os versos propostos são estes:

«Meus, homo, diffisum karta sub nube memento
Hic vitium dixit karior illa tego
Ibis homo mihi fur, hinc kantus linge lauabit
Pax, lux, ignoto fugit homo, illa kaput.
Hunc de se qui flet, pomo quinlibet Jesvs
Dux flenti kuris, sic homo de me tibi».

Anos depois, — em 1767 —, ocupava-se da enigmática inscrição Fr. Manuel de Figueiredo, que, por ordem do abade geral de Alcobaça, Fr. Nuno Leitão, compôs um trabalho em que refuta os pareceres de D. Rafael Bluteau e do *curioso anónimo*, considerando o cális dádiva do cardial D. Afonso, e interpretando assim as letras:

As 33 das colunas que dividem os baixos-relêvos da copa:

«Monasterium Alcobatiæ in omni tempore verendum, in omni tempore virtuosum, im omni tempore vnanime, in omni tempore vtile erit, quia laudat et laudabit, in vigiliis, in orationibus noctis, Jesum, Virginem, omnes sanctos. Amen».

As 27 do nó:

«Emmanuel, rex noster et gubernator hujus monasterii Alcobatiæ, invocationis Sanctæ Mariæ Virginis, ordinis divi Bernardi, tempore infantiæ Alphonsi infantis komendatarii, jussit facere hunc kalicem, quinto nonas octobris».

As 110 da base:

«Era Domini Nostri M C XXXXIV, quarto nonas Maii, Dominus Alphonsus, Lusitaniæ rex, fecit regnum suum feudatarium Beatæ Mariæ Virgini, oratorii Klaravalis, ordinis cisterciensis, fundati in

Gallia, in diocesi Lingoniensi, per virtuosum Bernardum abbatem, nam hæc Virgo istud et illum liberavit ab hostili potentia Sarracenorum; et obtulit hoc feudum in vrbe Lamecensi, vbi erant multi proceres Lusitaniæ nostræ kongregati, ibi largiter vovit, in toto tempore existentiæ hujus monarchiæ Lusitaniæ, L morabitinos ipsi Beatæ Virgini, ibi sub tutela Dominæ Nostræ posuit totum regnum suum. et ille sub tutela koronæ ipsius concepit tota bona Klaravalis, et generaliter aliorum omnium hujus ordinis, tunc existentia et in tempore venturo».

O trabalho de Fr. Manuel de Figueiredo encontra-se num dos volumes de pequenas composições e apontamentos seus, manuscritos, que se conservam na Biblioteca Nacional (1), e intitula-se: — «*Reflexoens historicas em as quais se explicão as letras do calix precioso do Real Mosteiro de Alcobaça.....*».

Não são, porém, estas engenhosas tentativas de interpretação das letras do cális que nos interessam hoje. São as cartas a que, mais de uma vez, aludi já, e que, pouco depois do certame dos teatinos em honra de Santo André Avelino, trocaram D. Manuel Caetano de Sousa e Fr. Manuel dos Santos, cronista-mor da ordem de Cister e autor da *Alcobaça illustrada*.

Essas cartas constituem, com outros documentos relativos ao cális, as fôlhas 10 a 46 do volume a que no inventário dos mss. da Biblioteca Nacional de Lisboa coube o n.º 189 (2), e que se intitula «*Memorias da Congregação de Alcobaça*», — não obstante conter peças referentes a outras

---

(1) N.º 1485, no inventário dos mss., fl. 9 a 24. Marcação antiga: — E-3-14.

(2) Marcação antiga: — A-5-13.

corporações monásticas. Os documentos acêrca do cális são os seguintes:

a) Cartas de D. Manuel Caetano de Sousa a Fr. Manuel dos Santos e dêste àquele (nove na totalidade, parecendo faltarem duas);

b) Descrição do cális, por Fr. Manuel dos Santos;

c) Certidões passadas em Alcobaça, a 5 de Outubro de 1713, pelo monge Fr. José de Mendonça, uma da exactidão da cópia das letras do cális, outra de dois trechos que os leitores já conhecem: — a memória relativa à morte e serviços do cardial-infante D. Afonso, e a verba do inventário de 1536, com a respectiva cota marginal de Fr. Paulo Brandão;

d) Letras do cális: — duas transcrições, autenticadas por Fr. Jesus de Mendonça, e cópia de uma delas, feita por D. Manuel Caetano de Sousa, ou, pelo menos, com indicações do seu punho;

e) Transcrição das letras, disposta em círculos concêntricos, — trabalho de D. Manuel Caetano de Sousa;

f) Fôlhas enviadas de Alcobaça, uma indicando a altura do cális, e outra a circunferência da bôca;

g) Dissertação de D. Manuel Caetano de Sousa, àcêrca da inteligência das letras do cális, em duplicado, sendo um dos exemplares acrescentado, como já observei, com grande número de notas à margem.

Publico sòmente as cartas, a descrição do cális, as duas cópias das letras, autenticadas por Fr. José de Mendonça, e a reprodução que atribuí a D. Manuel Caetano de Sousa.

As outras peças, ou são inúteis sob o ponto de vista da reconstituïção mental do cális, ou ficam vantajosamente

substituídas por esta introdução e pelas notas que acompanham as cartas.

II

Cartas entre o P.e D. Manoel Caetano de Sousa e Fr. Manoel dos Santos

Meu senhor. — Recebendo neste correo carta do P.e Dr. Fr. Bernardo Telles, não achei nella novas de V. Rev.ma, tendolhe eu pedido que expuzesse a V. Rev.ma a grande veneração que tenho á sua pessoa e aos seus estudos, principalmente depois que vi em caza de meu irmão, o s.or D. Felippe, a primeira parte de *Alcobaça illustrada*, obra importantissima e que muito dezejo ver concluida, dandosse à luz tudo o que falta para acabar a sua historia; e, ainda que já hoje pedi ao sobredito P.e D.or que me mandasse novas de V. Rev.ma, não quero deixar de offerecerlhe de novo, por esta carta, as expressoens do meu respeito.

Já V. Rev.ma saberá como, depois de publicado o nosso certamen, anda muy celebre por este Reyno o calix de Alcobaça, em que alli se falla; e alguns curiozos me pedem que procure saber de V. Rev.ma o nome do artifice que o fes e da pessoa que o deu ou mandou fazer, do que não póde faltar memoria nesse Archivo, de que os estudos de V. Rev.ma o tem feito tão senhor.

Eu ainda entro em mais miuda coriosidade, que hé a de saber se tambem a patena tem letras, e quaes são; e de que côres são os esmaltes; e se no caliz ha algumas figuras ou imagens, e quaes são; e se nas letras que se achão á roda, e vão impressas no papel incluzo, ha alguma variedade, de estarem humas mais relevadas e outras menos, e quaes são as em que ha diferença; porque, havendo-a, será facilissimo a V. Rev.ma o significarma, com qualquer sinal posto sobre ellas, no papel em que vierem escritas.

E, se não parescêra demaziado atrevimento para primeira carta, havia de pedir nesta a V. Rev ma que me fizesse o favor de me mandar huma exacta descripção do mesmo caliz e patena, com as suas medidas e pezos; porque dezejo ter plena noticia desta sagrada antigualha, e

mui especialmente das divizoens que ha entre as letras, e se he precetivel o saber adonde comesçam os letreiros circulares, ou se hé arbitrario o seu principio; e se se precebe alguma correspondencia entre as 27 letras que estão na columna do caliz, e as 110 que estão na sua base.

Perdoe V. Rev.ma inquirição tão prolixa a hum homem a quem paresse que nenhuma diligencia hé nimia; porque toda a minha vida procurei escrever com summa exacção, e por toda Italia vi observar com grande meudeza semelhantes reliquias da antiguidade (1).

Se no meu pouco cabedal ouver alguma cousa com que eu possa servir á coriosidade de V. Rev.ma, não me poupe, porque o heide servir com grande cuidado. Dême V. Rev.ma muito em que lhe obedeça.

Deus guarde a V. Rev.ma muitos annos.

Lisboa, 23 de Setembro de 1713. = [*D. Manoel Caetano de Sousa*].

Rev.mo P.e Mestre. — A fama da pessoa e talento heroico de V. Rev.ma, quando sahe fóra de Portugal, não hé muito que encha a todo este Reyno. Daqui era que eu, supposto nunca fui a Lisboa, quando se acabou a imprenta do livro *Alcobaça illustrada*, obrigado do justo conceito que já entam fazia de V. Rev.ma, dispunha mandarlhe hum tomo, assi como mandei outros a alguns cavalheiros dessa côrte, nobilissimos alumnos de Minerva; porém, me dicerão era V. Rev.ma partido a Roma, ao seu capitulo; e, agora, que já veio, com a boa saude que sempre lhe desejei, o faço.

E, quanto a outro, que hé reposta ao P.e Mestre Santa Maria, me representou o Rev.mo P.e Mestre Telles a honra que V. Rev.ma me fazia

---

(1) D. Manuel Caetano de Sousa fôra à Itália assistir ao capítulo geral da sua ordem, efectuado em Roma no ano de 1710, viajando então, durante cêrca de três anos, por todo aquele país. Da sua viagem, escreveu memórias que se não imprimiram, mas das quais o P.e D. Tomás Caetano de Bem, — outro escritor teatino de vasta erudição, — faz um interessante resumo, de pág. 325 a 451 do tom. 1 das suas *Memorias historicas chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares em Portugal e suas conquistas na India Oriental*.

em o aprovar; e eu dilatei expressar a V. R.ma o meu agradecimento, até se me offerecer occasião de poder hir o tomo, por nam molestar a V. Rev.ma com duas cartas; e, quanto a esta, que recebo de V. Rev.ma, sobre o calix, por ella lhe beijo a mão, como seu orador affectuosissimo, e por se dignar V. Rev.ma de me saber o nome e dar occasiam de o poder servir.

As lettras do calix, impressas, que V. Rev.ma me manda, estam erradas do original por tres modos: — o primeiro, porque tem letras mudadas, e outras que nam estam no caliz; o segundo, porque não começão no principio, donde devem começar; e o terceiro, porque lhe faltam virgulas, que tem.

Nam as mando, porque ontem chegou a carta, e hoje apareceo este portador; no correio que vem, irá traslado em fórma authentica. E, quanto ao seu principio, hé data o dito caliz do senhor Rey D. Manoel, por seu filho, o senhor infante D. Affonso, comendatario de Alcobaça, como consta de huma memoria do tempo do mesmo senhor, em hum livro da nossa livraria velha ou manuscrita, de que tambem irá certidam em publica forma, com todas as mais miudezas que V. Rev.ma dezeja; e para tudo o mais do serviço de V. Rev.ma, a que se estender a minha limitação, tardarei em obedecer quanto V. Rev.ma em mandar.

Deus guarde a V. Rev.ma por felices annos, para ornato dessa côrte e esplendor deste Reyno.

Alcobaça, 2 de Outubro de 1713. — De V. Rev.ma subdito e orador affectuosissimo = *Fr. Manoel dos Santos.*

Rev.mo P.e Mestre. — Hoje, quinta-feira, ha de ser entregue V. Rev.ma de huma minha, com hum livro dos meus, que lhe remeti por hum portador que occorreo; e nella agradecia a V. Rev.ma a honra de se servir de mim; e, supposto detreminasse escrever esta pelo correio que parte daqui segunda-feira, porém appareceo este segundo portador; e, pelo desejo de obedecer ao que V. Rev.ma me ordena abreviei em dia e meio a obra que dispunha acabar domingo; por isso nam vai com a perfeição que pudera.

Vam as letras do calix, *sicut jacent;* e vam, de mais das que se vem impressas no papel que V. Rev.ma mandou, outras que tem o mesmo caliz, no alto ou no copo, de que o papel nam faz menção; as quais, como sam miudas e mais piquenas, nam devia dar fé dellas quem trasladou as outras; vai mais o que ha da origem do calix, e de tudo certidam autentica, porque temos aqui dous monges Notarios, por breve Apostolico.

Vai mais, em outro papel, a minha informação, que V. Rev.ma pede; agora V. Rev.ma me faça merce, no correio que vem, fazerme certo da entrega de tudo; e, passado o certame, darme noticia do que sahe sobre a intelligencia das letras, porque folgarei de o ver, e saber o que encerra o enigma.

Fico á obediencia de V. Rev.ma, que Deus guarde, etc.

Alcobaça, 5 de Outubro de 1713.—De V. Rev.ma subdito e orador affectuosissimo = *Fr. Manoel dos Santos.*

O portador hé Francisco Ribeiro da Rocha. para maior justificação, lhe mostrei as letras do copo, que estam nas bases das colunas, e nam vem impressas no papel; delle se informe V. Rev.ma; tambem vai o papel impresso, e notadas com huã + as letras erradas.

Meu senhor. — Achome devedor a duas cartas e a innumeraveis favores de V. Rev.ma. Por tudo lhe bejo mil vezes as mãos.

Recebi o livro, e a descripção do calix, que bem paresse obra de quem fes o livro — tanta hé a sua exacção e legalidade; mas a minha coriozidade ou ignorancia inda não está satisfeita, porque esta ainda não comprehende o como o I H S, sendo só de tres letras, está ao redor da patena, se não hé multiplicado; e aquella dezeja saber o numero, côres e dispozição das pedras que adornam o calix; e comfio que V. Rev.ma se sirvira de me mandar tudo tão distincto, que eu fique sem as envejas que tenho a Francisco Ribeiro da Rocha, que, como V. Rev.ma me diz, examinou com os proprios olhos este calix.

Eu fui ver a custodia de Belem, e não tem letra alguma misterioza: só tem, ao redor do pé, escrito em letras de esmalte branco, o letreiro seguinte: ✠ OMVITO · ALTO · PRĪCIPE · E · PODEROSO · SEHOR ·

REI DŌ MANVEL · I · AM̄DOV · FAZER · DOOVRO · I · DAS · PARIAS · DE · QILVA · AQVABOV · E · CCCCCVI · — o qual vai trasladado fielmente. Tem mais huns caracteres pequeninos, mal formados, que entendemos que são signaes do Artifice, por não serem esmaltados, mas só levemente abertos ao buril.

Ainda que a custodia não tivera este letreyro, nem mo dissera a tradicção, eu entenderia que era dadiva del Rey D. Manoel, por ver nella as suas Espheras. Tambem me atrevêra a dizer e provar que este calix não era mais antigo que o tempo del Rey D. Manoel, se tivera visto o seu feitio, como V. Rev.ma mo descreve. Peço a V. Rev.ma que me mande dizer a altura do calix, e a medida do circulo da sua boca e da sua patena.

O P.e Manrique, tinha já lido antigamente; mas não me lembrava daquella memoria, que agora tornei a ver, despois que V. Rev.ma ma apontou.

Outra vez torno a pedir a V. Rev.ma perdão da minha prolixidade, e a darlhe as graças da sua paciencia, e a rogarlhe que me não falte com as occasioens de servilo, e que continue na sua obra, para credito deste Reyno. Fico advertido para mandar a V. Rev.ma as adivinhasoens que se fizerem sobre aquellas letras.

Deus guarde a V. Rev.ma muitos annos, como desejo.

Lisboa, 14 de Outubro de 1713. — De V. Rev.ma subdito e orador affectuosissimo — [*D. Manoel Caetano de Sousa*].

Meu senhor. — Em 14 deste mes, escrevi a V. Rev.ma; mas ainda não sei se lhe chegou á mão a minha carta; agora lhe escrevo, para lhe tornar a dar as graças pellas noticias que me deu desse famoso calix; porque, com a sua luz, tenho descuberto o que sinificão aquellas letras.

Contém ellas seis versos latinos, hexametros, que se leem de tantos modos, que formão hum laberintho. Eu o mandarei a V. Rev.ma, como estiver tresladado; e lhe mandarei tambem a notícia do que sobre esta materia aparecer no nosso certamen; mas quiz-lhe antecipar a

nova deste meu achado, que tenho por certo, apezar dos criticos, se V. Rev.ma não entender o contrário.

Fico ás ordens de V. Rev.ma, a quem Deus guarde muitos annos.

Lisboa, 28 de Outubro de 1713. — De V. Rev.ma subdito e orador affetuosissimo = [*D. Manoel Caetano de Sousa*].

Rev.mo P.e Mestre. — Huma e mil vezes dou a V. Rev.ma o devido parabem pelo eruditissimo achado de que me dá conta na sua de 28 de Outubro, notícia que todos aqui recebemos (porque logo a comuniquei) com plausibilidade comum, assi pelo muito que veneramos a V. Rev.ma, e juntamente porque a gloria do mesmo achado, sem agravo de terceiro, a queriamos antes ver e merecer a algum dos nossos, do que nam a estrangeiro, que presumisse talvez passar adeante, aonde não chegarão os engenhos de Portugal — suposto que tambem nelles veneramos talento e letras.

A outra de V. Rev.ma, de 14 do mesmo Outubro, achei vindo de fóra; por isso não respondi, porque não estava em casa.

Agora, vai o mais que V. Rev.ma pedia: — a altura do calix e a medida da boca do copo, nesse papel (1).

As pedras todas são dezoito, e estam repartidas em tres ordens. Seis no meio da coluna do calix, em hum grosso que ali fas; das quais tres me parecem esmeraldas, porque sam de cor verde, muito clara e fina. As outras três são de cor azul escura.

No pé do calix, e nos vãos que vai fazendo o círculo das letras, estam outras seis, e todas de huma cor, como de ouro, muito clara e transparente; e, posta á lux, parece que se reveste a mesma cor amarella como de outra cor, que sahe a encarnada: estas sam as maiores, e alguma maior que o maior feijão branco.

As outras seis estam em outro círculo, na parte mais inferior do pe do calix; tres sam rubis finissimos e grandes; as outras tres são da cor azul escura, como as da coluna; com outros muitos lindissimos feitios e brincos esmaltados que se vem em todo calix; o qual,

---

(1) Altura $0^{m},27$; diâmetro $0^{m},113$.

que seja moderno e do tempo del Rey D. Manoel, além das conjeturas que ja dei, se prova tambem de serem as suas letras de caratheres modernos, latinos, e nam gothicos; porque temos outras peças sagradas, como hé humá crux grande e dois vasos da comunham, e outras, todas antigas, nas quais se vem alguns letreiros, mas de letra gothica.

As letras da patena — I H Y — estam multiplicadas quatro vezes e repetidas nos quatro lados da mesma patena.

Fico esperando, e toda esta comunidade, com notavel alvoroço, pela merce que V. Rev.ma me promete, de me mandar os versos e o mais que sahir sobre as letras, e ainda alguma cousa mais do certame; e, sobretudo, com boas novas de V. Rev.ma, que V. Rev.ma se sirva mais vezes da minha limitação.

Deus guarde a V. Rev.ma, como muito desejo, etc.

Alcobaça, 10 de Novembro de 1713. — De V. Rev.ma subdito e orador affectuosissimo = *Fr. Manoel dos Santos.*

Meu senhor. — Com grande alvoroço, recebi a carta de V. Rev.ma, porque entendia que as minhas estavão perdidas; pois a experiencia que tenho do favor que V. Rev.ma me faz, não me deixava a menor sospeita de que V. Rev.ma se cançasse em me responder.

Dou as graças a V. Rev.ma pello acolhimento que faz ao meu estudo, e pello favor que este tem achado nos Padres desse real mosteiro; E, ainda que, cá, tambem se fez algum cazo da interpretação que eu dei áquellas letras, eu estimo, mais que tudo, a honra que se lhe faz em Alcobaça; e quero imprimir o papel que no certamen me premiarão, reduzido a tres partes: — A primeira, propondo a mais exacta descripção do caliz; a segunda, dando explicação ás suas letras; a terceira, tirando do caliz e das letras motivos para o louvor de Santo André Avellino (No que se vio que não foi fóra de preposito tratar daquelle caliz na festa d'este Santo) (1).

Para a primeira e segunda parte, me vali muito das cartas de V. Rev.ma e tambem do seu livro; porém, para fazer huma obra em que

---

(1) Como já disse, D. Manuel Caetáno de Sousa não realizou o pensamento de imprimir a sua memória.

se logre melhor o que tenho trabalhado, heme preciso publicar em estampa o perfeito dibuxo do mesmo caliz; e, se eu não estivera ocupado com a Prepositura desta caza, havia de hir a Alcobaça, a tirar este dibuxo, o mais parecido que pudesse ser ao original; mas, como, por hora, não posso fazer esta jornada e quero imprimir depressa a dissertação, — heme forçoso cançar de novo a V. Rev.ma, e pedirlhe que, se nessa terra ha quem dibuxe por dinheiro, me mande fazer esse dibuxo á minha custa, e me avize do gasto que tiver feito, para eu cá o satisfazer ao padre procurador geral, ou quem V. Rev.ma ordenar; porque quero que na estampa que eu mandar abrir, vão todas as lindezas daquella admiravel obra.

Para ella se poder lograr bem, me parece que será necessario pôr em hum papel, primeiramente, o perfil do caliz, e debuxar as duas partes da patena em differentes circulos, com suas letras e esculturas; e, despois, o pe do caliz, repartido nos seus seis passos; e será melhor cada sexta parte do círculo separada; e na mesma fórma a coluna e copo, de maneira que, quem vir a estampa, venha em perfeito conhecimento do caliz.

E, por hora, pesso a V. Rev.ma que me mande logo dizer se os passos que estão no copo, ficão perpendicularmente sobre os que estão no pé, — *verbi gratia*, o *Ecce Homo* sobre o Horto, Pilatos lavando as mãos sobre o passo da prizão, etc., — ou se ficão encontrados; porque quero saber se as dicçoens que estão aos péz das colunas do copo, ficão perpendiculares sobre as que estão na garganta da coluna do caliz, ou se correspondem aos arquinhos por que vão as letras no pé, entre passo e passo; porque me hé esta noticia mui necessaria para confirmação do modo com que expliquei aquellas letras.

E tudo o que cá se disse sobre o caliz e eu puder colher, mandarei a V. Rev.ma, ainda antes que se imprima, porque não quero que espere os vagares da impreção, — ainda que os versos se estão tresladando a toda a pressa.

Fico ás ordens de V. Rev.ma, a quem Deus guarde muitos annos, como desejo.

Lisboa, 18 de Novembro de 1713.=[*D. Manoel Caetano de Sousa*].

No dibuxo, desejo as pedras e esmaltes feitos das suas côres.

Rev.mo P.e Mestre. — Entre as duas ultimas de V. Rev.ma que, aliás, estimei com a devida veneração, e depois de ter respondido á primeira, chegou ao nosso Prior, o Dr. Fr. Francisco Caetano, huma do Rev.mo D. Gaspar, Prior do real mosteiro de S. Vicente de Fóra, na qual, por serem amigos, lhe pedia as letras do calix.

Esta carta, junta á de V. Rev.ma, avivou em todos nós a magoa de nam haver aqui quem soubesse débuxar o calix com a perfeição que V. Rev.ma desejava: quando, neste meio, chegou a segunda de V. Rev.ma; pelo qual, hindo nós ver o outro calix ao livro apontado (1), se arremessou hum monje a ver se poderia fazer outro semelhante; e, para este effeito, chamámos tambem ao mestre aparelhador, que aqui trazemos nas obras, para tomar as medidas certas. Finalmente, sahiram com hum rascunho, o milhor que pode ser; e, como o Prior teve mais parte na obra, e, como nosso Prelado actual, em ausencia do Rev.mo, que anda no Alentejo, tem a primeira vox — o manda ao Rev.mo D. Gaspar; e me dis que lá nessa côrte se podem, pelo que vai, tirar outros semelhantes; e, por eu entender da urbanidade do Rev.mo D. Gaspar, a quem conheço de Coimbra, que estimará a occasião de lisongear o gosto de V. Rev.ma, participando-lho, e o rascunho feito custar muito a fazer, me acomodei. E peço a V. Rev.ma muito por mercê me releve não o poder servir milhor, por ser cousa que eu não sei fazer, nem haver ná terra quem a faça por dinheiro.

Espero, com boas novas de V. Rev.ma, pelos papeis prometidos.

Deus guarde a V. Rev.ma.

8 de Dezembro de 1713. — De V. Rev.ma subdito e orador affectuosissimo = *Fr. Manoel dos Santos.*

Rev.mo P.e Mestre. — Por hum homem que foi daqui a essa cidade, escrevi a V. Rev.ma, respondendo á sua ultima; porém, voltou sem me dar certeza da entrega, o que me obriga a repetir o que dizia na outra.

---

(1) Parece faltarem neste ponto duas cartas: — uma de Fr. Manuel dos Santos, respondendo á que lhe dirigira, em 19 de Novembro, D. Manuel Caetano de Sousa; outra dêste, indicando, no intuito de facilitar a tarefa do desenho, um livro onde se encontrava reproduzido um cális.

Na mesma somana em que me chegou a de V. Rev.ma, escreveo ao nosso Prior o do Real mosteiro de S. Vicente de Fóra, pedindolhe as letras do calix; e, com effeito, lhe foram, e, juntamente hum debuxo ou rascunho do mesmo calix, feito por hum monje, o milhor que pode, e com muita paciencia, por ser pouco destro na arte. Por esta rezam, nam se atreveo a fazer outro para eu mandar a V. Rev.ma, como desejava; nos quais termos escrevi a V. Rev.ma, dando lhe conta, para que, pelo que foi ao Prior de S. Vicente, fizesse tirar outro, — o que lhe seria facil nessa cidade, aonde nada falta.

Se a primeira carta não chegou a V. Rev.ma, me perdoe a que pareceria dilação na reposta, e me tenha na sua lembrança para todas as occazioens de seu serviço.

Deus guarde a V. Rev.ma

28 de Dezembro de 1713. — De V. Rev.ma subdito e orador afectuosissimo = *Fr. Manoel dos Santos.*

Informação do cális de ouro

O cálix de ouro do Real mosteiro de Alcobaça he data do senhor Rey D. Manoel, no tempo que governou este mosteiro, como tutor de seu filho, o senhor Infante D. Affonso, comendatario delle. Colhe-se da memoria que vai na certidam, a qual, pelo feitio da letra e estar já gastada, se deixa ver que he escrita por quem vivia no tempo do Infante; e, ao menos, que seja antiquissima, não se pode duvidar; porque já quando o nosso illustrissimo Fr. Angel Manrique ideava a grande obra dos seus *Annaes cistercienses*, que foi pelos annos de 1610, entre outras noticias que mandou pedir e lhe mandaram desta casa, foi esta memoria, que elle tras impressa no segundo tomo dos *Annais*, na serie dos Abbades perpetuos de Alcobaça, pag. 11, § 26. Confirma-se ser data del Rey D. Manoel, porque o feitio do dito calix mostra ser do mesmo artifice que obrou a custodia do mosteiro de Belem, que o dito Rey tambem deu, segundo o que me dizem.

Pesa, com a patena, nove marcos de ouro. Tem letras em quatro partes: — no pé; no principio da columna; no copo, e em dois passos

do copo; porém, o papel impresso nam fas menção mais que das primeiras duas. Nas letras do copo, nam falla.

A patena he lavrada toda ao boril. Da parte superior, tem o passo da cea do Senhor, esmaltado de vermelho, e, ao redor, estas letras: I H S; e nas costas, tem o passo da soledade da Senhora, tambem ao boril e esmaltado; mas já os esmaltes, em parte, cuspidos fóra.

No calix, estam doze passos da paixão do Senhor, seis no pé e seis no copo. Os seis passos do pé sam estes: — 1.º, o Senhor no horto: os tres apostolos dormindo, o anjo confortante, e o horto admiravelmente fingido, com seus penedos de ouro tosco, arvores, etc.; o 2.º, o Senhor na prizam: Judas dando o beijo, os judeus *cum gladiis et fustibus*, S. Pedro levantando o Braço com o alfange, e, a seus pés, Melco, derribado, com a lanterna pendente; 3.º, o Senhor em caza do Pontifice: este, acentado debaixo de docel, mui circunspecto, e o Senhor em pé, cercado de judeus, e hum tendo mam na corda por detrás do Senhor, a qual o Senhor tem ao pescoço; 4.º, o Senhor no Pretorio: Pilatos á porta do Pretorio, falando aos judeus, vestido como gentio, á turquesca; aos seus pés, hum canzinho, coçando-se; e o Senhor em pé, como os mais, e o judeu detrás, pegando na corda; 5.º, o Senhor á coluna, açoutando-o dous algozes, e os vestidos do Senhor no cham; 6.º, o Senhor nos espinhos, e os judeus pondo-lhe a corôa na cabeça. Estes, os paços do pé.

No alto do copo, estam outros seis passos, pela ordem seguinte: — 1.º, o passo do *Ecce Homo:* Pilatos mostrando-o ao povo, e este como gritando e levantando as cruzes em alto; 2.º, Pilatos, debaixo de docel, lavando as maons, e hum criado deitando a agoa, á vista do povo; e no estrado, aos pés, estas letras, que se deixam bem ler: LAUABIT; 3.º, o Senhor com a crus ás costas, o cireneo pegando da crus, a mulher Veranica, as Marias, ou filhas de Jerusalem, e farizeus; 4.º, o Senhor na crux, e, aos dois lados, a Senhora e S. Joam; 5.º, o Senhor decido da crux, nos braços da Senhora; José e Nicodemus; as cruzes e escadas; S. Joam e Madalena; 6.º, os mesmos, metendo ao Senhor na sepultura, e, na pedra da sepultura, estas letras, que se lem: MEMENTO. Todos estes passos são de figuras inteiras, levantadas de meio relevo, e, em partes, esmaltadas das cores naturaes, o que dá admiravel lustre á obra.

Os passos do pé do calix se dividem huns dos outros com o circulo do letreiro, que vai fazendo meio giro, e orla a todos, assi como se vê no outro papel *(est. I e III)*; e aos passos do copo, dividem colunas esmaltadas, huma coluna entre passo e passo. A altura das figuras em todos os passos he do comprimento desta linha ————————. O mais campo do calix sam flores, passarinhos, pedras, e outras lindezas galantissimas, todas de esmaltes de varias cores — branco, preto, azul, verde, vermelho. O pé e as suas letras vam da mesma medida, por compasso, do original. Nas letras do copo, que se vêm na baze de cada coluna, nam pareceo ser necessario irem assim, porque sam mais piquenas. Todas as letras, assi as do pé como as do copo, sam cavadas no ouro e esmaltadas de preto; e, segundo se deixa entender, a patena e o calix fazem correspondencia entre si, porque na patena está o primeiro passo da cea; dahi, vem a serie ao calix, começando no horto, e torna á patena, ao passo da Soledade, que tem nas costas.

Quanto á intelligencia das letras, o meu parecer he que elas querem significar, nesta ou aquella lingoa, por este ou aquelle modo, o mesmo que contem os passos; porque as tais letras os vam seguindo e acompanhando, e he certo que todo homem, por rustico que seja, vendo hum painel com o seu letreiro ao pé, julga (ainda que o nam saiba ler) que o letreiro explica o passo. E, para se dizer que as letras significam outra couza, como o nome do artifice, do Rey que o deu, etc., alem de que esta inteligencia se nam pode acomodar ás letras do copo, as do pé, que o poderiam dizer, haviam de estar, se assi fosse, no circulo mais inferior do mesmo pé, e nam sirvindo de orla e meio circulo aos passos.

Nas letras do pé, se vem, em algumas partes, entre letra e letra, humas riscas. Sam divisoens de esmalte branco, que estam no original, excepto, no circulo do passo segundo para o terceiro, hum I, que se vê cortado. Está assi mesmo no original, do mesmo esmalte da letra, e por isso nam o tenho por divisam, mas por letra cortada, ou de outro feitio. As letras da garganta do pé vam na mesma postura do original, e tambem as das colunas.

O calix sem a patena, pesado por arratens, se acha ter quatro arratens e meio e duas oitavas; e, quanto a huma cota que vai na certidão

do pezo, onde se dis que pesa nove marcos o calix, declaro que a dita cotta he moderna e de letra conhecida, e sinal do P.e Fr. Paulo Brandam, o qual morreo ha vinte e oito annos; e sou de parecer que se nam deve fazer cazo da dita cotta, porque o dito padre a fes demasiado entermetido, por nam ter noticia da memoria antiga na livraria velha, nem da noticia de Manrique, da mesma memoria. E nam me parece que ha mais a que deva resposta, do que se pregunta.=*Fr. Manoel dos Santos.*

III

Não obstante as múltiplas causas que têm empobrecido o nosso vastíssimo e incalculável património artístico, existe ainda hoje em Portugal avultado número de obras de ourivesaria religiosa, que abrangem e documentam a evolução da indústria dos metais preciosos, — irmã gémea da arquitectura e da estatuária, segundo a qualificam Lacroix e Seré, — desde o século XII até ao XVIII.

A exposição retrospectiva de 1882; a de Aveiro, no mesmo ano; a promovida pela benemérita *Sociedade de Instrução*, no Palácio de Cristal, do Pôrto; a que se realizou em Lisboa, em comemoração do centenário antonino; o Museu Nacional; a colecção organizada junto da Sé Nova de Coimbra pelo Bispo D. Manuel Correia de Bastos Pina — ¡que surpreendente, maravilhoso tesouro nos revelaram!

Enriquecendo a secção de ourivesaria do Museu Nacional com reproduções fotográficas ou galvanoplásticas das peças mais interessantes e mais típicas estranhas a êsse núcleo; dispondo em séries, por forma didática, os exemplares reünidos, e juntando a cada um seu verbete elucidativo, formar-se ía uma valiosíssima colecção espe-

cial, do mais proveitoso e necessário ensinamento, não só para os historiadores da arte, críticos e artistas, senão também para o público em geral, que precisa de que lhe facultem meios de compreender e apreciar os monumentos e obras de arte que o país ainda possue, alguns dos quais têm, a sobredourar-lhes a beleza da concepção e os primores da execução, alto significado histórico e patriótico.

É sobretudo, porém, nos artistas que eu penso, ao escrever estas linhas. Há, incontestàvelmente, aptidões, desejo de progredir, de inovar, de sair da rotina. E há também, a favorecer o bom êxito dêstes impulsos, o gôsto, muito espalhado e tradicional entre nós, das obras de ouro e de prata, que chegaram, até, a constituir forma dilecta de capitalização para a maior parte das famílias portuguesas.

Importa, contudo, que os artistas, animados de espírito inovador, guiados por intuito, aliás muito louvável, quando bem orientado, de originalidade e de nacionalismo, se não transviem, — desprezados os princípios iniludíveis de toda a arte decorativa; perturbadas as relações que devem existir entre a matéria, a construção, a forma, a ornamentação e o destino da peça, elementos de cuja perfeita concordância, de cuja impecável harmonia, deriva a eterna beleza clássica das obras dos grandes períodos da arte.

Não quero com isto insinuar, — é claro, — que os artistas devam abdicar as suas faculdades creadoras, restringindo-se à cópia ou, sequer, à imitação, do antigo; mas apenas significar que é legítimo deduzir princípios, tirar consequências, das obras-primas do passado, e que seria loucura

desaproveitar a riquíssima e gloriosa herança artística de que somos legatários.

Promovamos dedicadamente, mas sob os auspícios de seguro critério, o renascimento das nossas artes decorativas. É sem dúvida pelas suas aplicações que a arte pode mais intensa e extensamente actuar nos espíritos; e é em muita maneira pela arte que se exerce o culto da pátria; que se torna clara e evidente a continuidade histórica através dos séculos; que as gerações se perpetuam no conhecimento, na gratidão e na ternura das que lhes sucedem; que se estreitam os vínculos da solidariedade social; que o espírito exageradamente prático e utilitário da actualidade se corrige e atenua; que a nossa alma, emfim, dorida das lutas e asperezas da vida, neste difícil e atormentado período, se consola e reanima, como fatigado caminhante à sombra amiga de frondoso arvoredo...

*
* *

Post-scriptum.

Diogo Rodrigues, um dos artistas que citei a pág. 12, foi ourives da rainha D. Isabel, e exerceu o cargo de *abridor dos cunhos* na Casa da Moeda de Lisboa, tendo sido nomeado, por carta de 3 de Abril de 1497, em virtude da demissão de Vasco Gonçalves, — também ourives (1). Posteriormente, em 6 de Agosto de 1517 (2), obteve

(1) Chancelaria de D. Manuel, livro 30.º, fl. 21 *v.* *Apud* Teixeira de Aragão, *Descripção... das moedas, etc.*, I, 70 e 71.

(2) Chancelaria de D. Manuel, livro 10.º, fl. 71.

nomeação para servir ali, até à maioridade de Miguel, filho de Fernão Gil, o ofício de *mestre da balança*, que, com autorização de el-rei, lhe fôra vendido por Gil Vicente. Diogo Rodrigues era então ourives da infanta D. Isabel.

Belchior Rodrigues, a quem igualmente aludi, foi *salvador dos cruzados* (1) nessa oficina monetária, em substituïção de Fernão Lopes, — ourives também, — que se ausentára de Portugal: — «que se destes Regnos foy», diz a carta respectiva, a qual tem a data de 12 de Janeiro de 1526 (2).

Acrescente-se aos nomes indicados na citada página, além dos de Vasco Gonçalves e Fernão Lopes, o de Diogo Álvares, ourives do infante D. Fernando, e que, em 19 de Junho de 1523 (3), foi nomeado *ensaiador* da Moeda de Lisboa, sucedendo a Diogo Rodrigues, que falecera. Dêsse lugar tinha alvará de D. Manuel, que seu filho e sucessor confirmou.

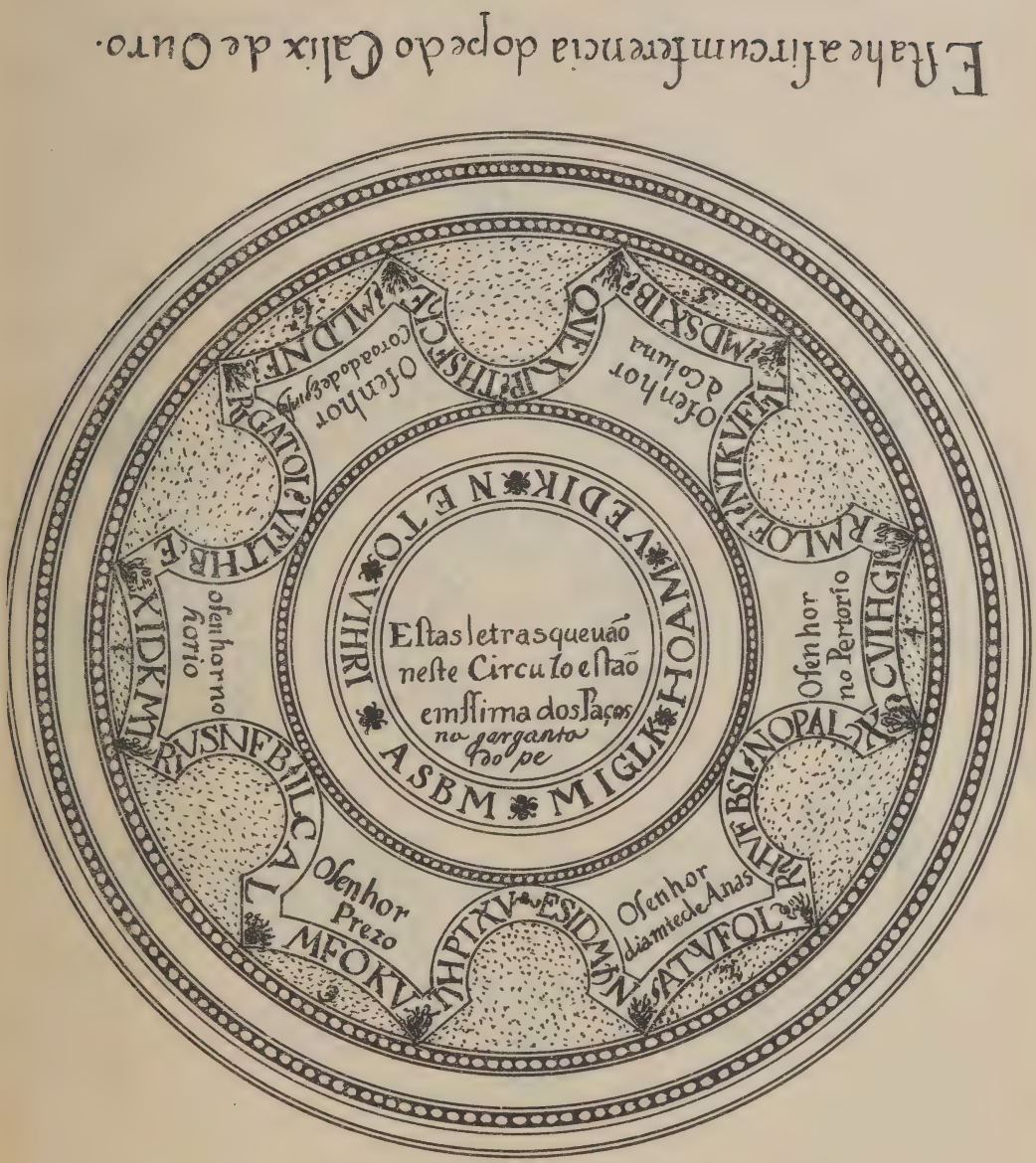
Vê-se, pois, que Diogo Rodrigues desempenhou na Casa da Moeda de Lisboa, não só os cargos de *abridor de cunhos* e *mestre da balança*, como também o de *ensaiador*.

---

(1) Incumbia aos *salvadores* cortar a moeda, pondo-a no seu justo pêso. O regimento dado por D. Manuel à Casa da Moeda de Lisboa em 23 de Março de 1506 refere-se largamente a êsses funcionários. Do aludido regimento existe no Arquivo da Tôrre do Tombo uma cópia autêntica, do século XVII (Mss., tom. VIII-E, fl. 245).

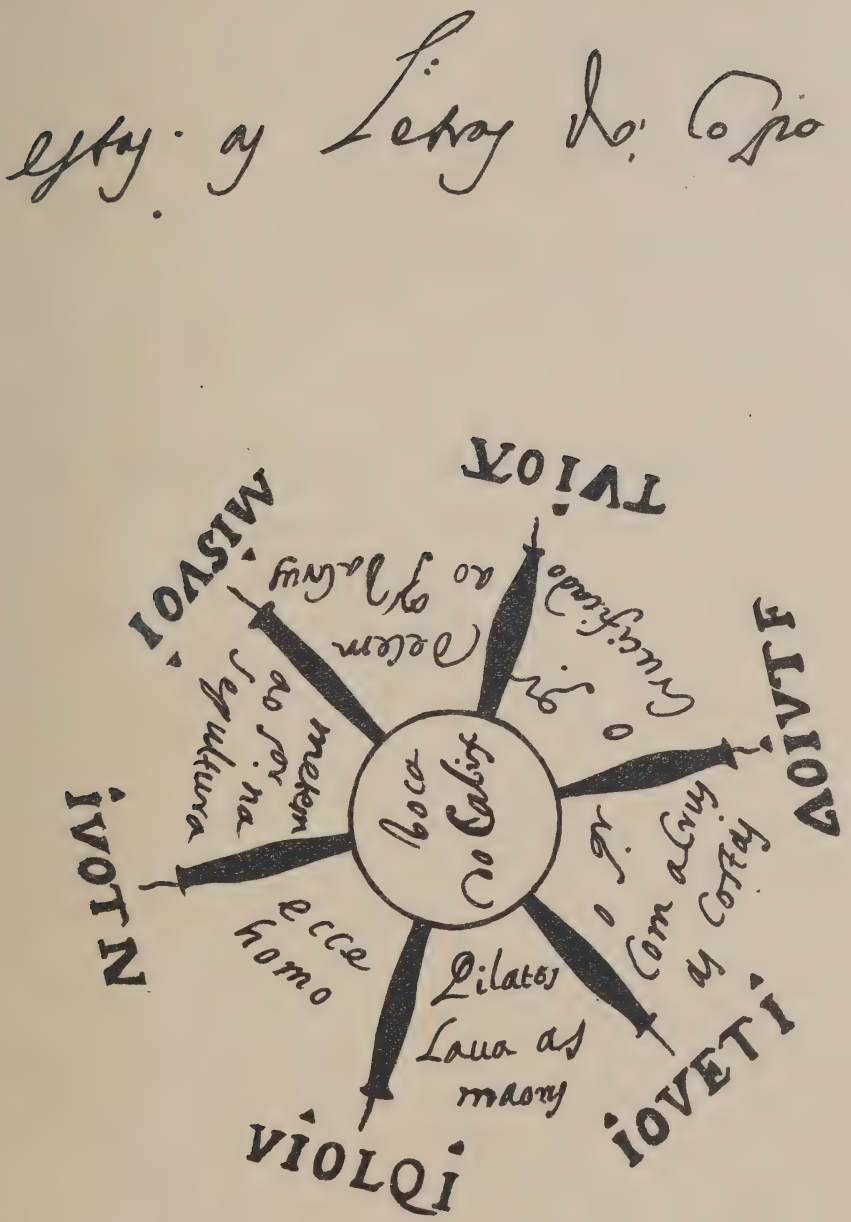
(2) Chancelaria de D. João III, livro 36, fl. 36.

(3) Chancelaria de D. João III, liv. 3, fl. 73. *Apud* Teixeira de Aragão, op. e loc. cit. A carta é, porém, de 19 e não de 18 de Junho, como aí se lê.



Redução a metade. — Este desenho e o reproduzido na estampa III, são autenticados, como ficou dito, pelo monge notário Fr. José de Mendonça cuja assinatura só poderia ser incluida reduzindo muito os desenhos ou excedendo as dimensões da pagina deste livro

Redução a metade. — Desenho feito sobre o anterior
pelo P. D. Manoel Caetano de Sousa



Reprodução nas dimensões do desenho original

A PORCELANA EM PORTUGAL

PRIMEIRAS TENTATIVAS

A PORCELANA EM PORTUGAL

PRIMEIRAS TENTATIVAS

I

Nas suas *Notícias de Portugal*, cuja primeira edição é de 1655, refere-se Manuel Severim de Faria a *porcelanas de Lisboa*, fabricadas, desde poucos anos, por um oleiro espanhol, vindo de Talavera (1).

Não se depreenda, porém, dessa referência que o fabrico da porcelana, pròpriamente dita, começasse em Portugal meado o século XVII, porque foi segrêdo para os oleiros da Europa até o comêço do imediato. A mais antiga fábrica europeia — a de Meissen (Saxónia) — foi fundada, por Bœtticher, em 1709.

Como as de Talavera-de-la-Reina, as louças produzidas pelo artífice espanhol, e com tanto aprêço mencionadas

(1) «Poucos annos ha que hum oleiro, que veio de Talaveira a Lisboa, vendo a bondade do barro da terra, começou a lavrar louça vidrada, branca, não só como a de Talaveira, mas como a da China; porque, na fermosura & perfeição, podem competir as perçolanas de Lisboa com as do Oriente; & imitandoo outros officiais, cresceo a mercadoria de maneira, que não somente está o Reyno cheo desta louça, mas vai muita de carregação para fóra da Barra». (Pág. 20 na ed. cit., e pág. 19 na de 1740).

pelo nosso erudito escritor seiscentista, eram, sem dúvida, *faianças*. Em Espanha, só meado, pouco mais ou menos, o século XVIII se fabricaram pela primeira vez porcelanas, — em Alcora (1).

Os industriais, como diz Vogt, para atraírem a atenção e alcançarem privilégios, qualificavam geralmente de *porcelanas* os seus artefactos. Assim se tem falado em *porcelanas de Ruão, de Saint-Cloud*, etc., e assim o autor das *Notícias de Portugal*, que decerto não possuía os conhecimentos especiais necessários para distinguir e classificar produtos cerâmicos, fala de *porcelanas de Lisboa*, aceitando, provàvelmente, sem reparo a ostentosa designação com que o ex-oficial de Talavera procurava encarecer as suas louças.

II

Foram os portugueses quem, pelas suas longas e temerárias navegações, introduziu nos mercados europeus a porcelana (2). Fomos também nós quem primeiro dissipou as lendas e mistérios que lhe andavam ligados, expondo, na interessantíssima relação de Fr. Gaspar da Cruz

---

(1) Juan F. Riaño, *The industrial arts in Spain* (London, 1879), pág. 183.

(2) João de Barros, *Asia*, década primeira, liv. VIII, cap. I (fl. 91 e 92 na 1.ª ed. (1552) e pág. 174 a 182 do tom. II na ed. de 1777-78); Duarte Nunes do Lião, *Descripção do reino de Portugal*, cap. XXXVI (fl. 69 na 1.ª ed. (1610) e pág. 162 na 2.ª (1785); Luís Mendes de Vasconcelos, *Do sitio de Lisboa*, diálogo segundo (pág. 155 na 1.ª ed. (1608) e pág. 179 na 3.ª (1803); Nicolau de Oliveira, *Grandezas de Lisboa*, (fl. 13 v. na 1.ª ed. (1620) e pág. 25 na 2.ª (1804).

(1570)(1), os processos pelos quais se obtinha, na China, êsse famoso produto. Foi, todavia, o nosso país dos últimos a ensaiar o seu fabrico, subindo, apenas, ao derradeiro quartel do século XVIII as primeiras tentativas.

Liga-se a elas um nome conhecidíssimo: — o do tenente-general Bartolomeu da Costa.

Em documento inédito, — sem data, — que se encontra no Arquivo da Tôrre do Tombo (2) e que parece memória destinada a elucidar ou fundamentar algum requerimento para concessão de privilégio ou de qualquer outro auxílio oficial, o célebre fundidor da estátua equestre narra e exalta assim o seu invento:

« Trabalhando em descobrir o barro que fosse mais infuzivel para os fornos da fundição do metal, e achando alguns que tomarão maior gráo de dureza com a continuação do fogo dos mesmos fornos, me persuadi achar couza mais interessante a que se aplicase, do que só do uzo dos dittos fornos; e, com efeito, achei que se poderia fazer, como fiz, a Perssolana, tão perfeita como a milhor da India, França e Saxonia. Trabalhei pondo em execussão estes pensamentos; e, no discurso do laboriozo trabalho de anno e meio, concluhi as experiencias que mostram as amostras; porém, para dar principio ás minhas ideas, entrei, com grande trabalho, a examinar os auctores de maior notta e mais validos em suas opinioens, a respeito desta materia; e, por concluzão, achei que, das porsolanas da Europa, todos unanimente dizem que as fabricas tem costume inalteravel de ocultarem com o maior segredo, não sómente as materias que compoem a sua

(1) *Tractado em que se cõtam muito por estẽso as cousas da China, cõ suas particularidades, e assi do reyno dormuz*, cap. XI (fl. 34 (inumerada) na 1.ª ed. (1569-70) e pág. 77 na reimpressão de 1829, incluida no tom. IV da ed. nesse ano feita, pela tipografia Rollandiana, da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto).

(2) *Documentos vindos do Ministerio do Reino*, maço 1000,

porssolana, mas tambem as diferentes formas da sua manobra; e somente nos dão humas relaçoens, tiradas do P.e do Halde e mais missionarios que escreverão a respeito da China; e, por conclusão, não pude tirar instrucsão alguma a respeito da Europa.

«Mr. de Raumur (o primeiro que nisto falou) teve meios de alcansar as materias com que se compunha a da China; e, ligandoas, diz fizera porsolana igual á da India; e, empenhandose na deligencia de achar iguaes materias em França, que podecem igualar as da China, nunca pode concluir tal descobrimento. Isto mesmo declarou á Academia das Sciencias, em França, e concluhio dizendo que as porsolanas sam consideradas como meias vitrificaçoens, com a diferença que a da India, levada huma vez ao seu gráu de cozimento, sustem o maior gráu de calor, sem que chegue a total vitrificação. *A Enciclopedie* nos ensina o mesmo; pois diz teremse empregado a servir de descanso ás materias mais deficeis de fundir pellos mais fortes espelhos ardentes, sem que padeção alteração alguma; e todos os mais tem seguido esta mesma opinião, assim como tambem aquella de que o maior grau de bondade consiste em suster o maior grau de fogo.

«A este respeito, acho que, fazendo eu vazo da minha porsolana e metendolhe algums cacos da da China juntos com outros da minha mesma, achei que a da China se vetrificou perfeitamente, pois que correo de maneira que a materia ficou vidro, ocupando os entoresticios e prendendo os cacos da minha, os quaes ficarão sem descrepancia no seu primeiro estado e, consequentemente, sem damno, prezos, como se ve da mesma amostra. E, se o vazo e cacos puderam suportar o fogo que fez vitrificar e correr os da China, pareseme se não pode negar ser a minha mais forte e milhor.

«Emquanto á brancura, sem duvida nenhuma que, na Europa, não a há tam boa como a da Fabrica de Sevres; porque, no anno de 1760, tomando ElRey de França esta fabrica por sua conta, no anno de 1762 encarregou a Mr. Helot, membro da academia das Sciencias de França e da Sociedade de Londres, e a Mr. Macquer, tambem membro da Academia das Sciencias e Doutor regente da faculdade de medecina e antigo professor de Pharmacia, o aperfeiçoála, na milhor forma que seos laboriozos estudos o permetissem; e, com efeito, chegarão a fazer 1800 experimentos no discurso de dois annos, como

nos expoem Mr. Baume, Boticario, e demonstrador em Chimica, o qual foi convidado para este grande trabalho; e nella se trabalhão as pessas de escultura na ultima perfeição, sem vernis ou vidro algum, conservandose no seu grau de cozimento sem que o barro haja de tomar lustro, sendo esta a milhor circonstancia, pois que os marmores, para serem perfeitamente acabados, se não pulem, porque, pulindoce, faz dezagradavel a vista, parecendo ficar imperfeitos os mosculados da figura.

« A minha hé muito mais branca, como se vê nas amostras; parece que, tãobem neste ponto, não se duvidará ser mais perfeita.

« Emquanto a sua dureza interior, faz ou sofre o mesmo que a da China, dezatando fogo á pancáda do fuzil; e, emquanto á sua grãa, compato e transparencia, hé igual á da China.

« A ultima parte da perfeição, na porsollana, consiste no seu vidro ou vernis, capa de fora. Nesta parte, a de Saxonia exede á da China, porque hé mais infuzivel e clara, segundo seu experimento. O vidro da minha porssolana me parece exede a ambos, porque, juntando hum caco vidrado de Saxonia com outro vidrado da minha, o meu susteve o grau de calor perfeiticimamente e o de Saxonia correo.

« Não tenho feito exame algum a respeito da manofactura, ornatos exteriores e pinturas, por ser laboriozo este trabalho e não ter serteza da aceitação deste meu primeiro descobrimento ».

Cumpre observar que, nos trabalhos e invenções de Bartolomeu da Costa, parece ter tido influência (difícil, agora, de avaliar com rigor) João Drouet, fundidor francês, contratado para dirigir, com Pedro Brocard, os trabalhos de fundição no Arsenal do Exército, em Lisboa. Referem-se a êsses profissionais as seguintes cartas, inéditas — duas de Martinho de Melo e Castro, nosso ministro em Londres, e uma do marquês de Pombal, em resposta à que lhe é dirigida:

Ill.mo e Ex.mo Sr. — Escrevo a V. Ex.a esta Carta, para lhe falar em hum Machinista, ou Fundidor, chamado Drouet, de nação Franceza,

que se acha prezentemente nesse Reyno, empregado no serviço de El Rey nosso senhor. Hum Irmão do Embaxador de Espanha nesta Côrte me falou neste Homem, mostrando-me huma carta sua, que ultimamente recebeu de Lisboa, na qual o ditto Drouet lhe referia que, tendo-se offerecido á Côrte de Madrid e não podendo convir em ajuste algum que lhe fize-se conta, passára a Portugal, onde foram asseitas as suas Propoziçõis, e ele empregado para as ezecutar. Com a ditta carta, lhe mandou hum papel, o qual o Irmão do mesmo Embaxador tambem me mostrou, e que continha as referidas Propoziçõis, que, segundo o que me posso lembrar, consistem:

Em se obrigar a fabricar toda a sorte de Artilharia, assim de Ferro como de Bronze, segundo o methodo do famozo Maritz;

Toda a sorte de Ballas, Bombas e mais Petrechos desta qualidade;

Espingardas e diferentes outros Instrumentos de fogo.

Creyo que até se obriga a buscar no Reyno Minas de cravão e aprefeiçoar as que já se acharem descubertas.

V. Ex.ª verá se este extracto se conforma, em todo ou em parte, com as Propoziçõis do ditto Drouet, advertindo que o excesso ou a falta que aqui observar, provém da minha memoria; mas hé sertissimo que o Irmão do Embaxador de Espanha tem as taes Propoziçoens por extenso; e não lhe pedi huma copia dellas por lhe não dar occazião a reparar na minha curiozidade.

O mesmo acressentou que se admirava de que a Côrte de Madrid não tive-se empregado o ditto Drouet e que o deixa-se sahir de Espanha; porque, realmente, era hum dos mais habeis Machinistas que prezentemente se conhecia.

A sinceridade com que o Irmão do Embaxador me falou nesta materia, e o caracter da Nação Franceza, que não tem muita rezerva, mostra bem que não ouve, da parte de Drouet, nem malicia nem outra intenção mais, que a de fazer conhesser á Côrte de Madrid o que perdera e o que nós conseguimos. Dezejára, porém, que, achando-se o ditto Francez ao serviço de El Rey, nosso senhor, fosse mais circonspecto e se abstive-se de dar notticias do que ahi se passa.

Achando-me a fazer esta carta, entra nesta caza outro Francez, Machinista e Fundidor, chamado Pierre Brocard, com diferentes Planos sobre o Methodo de fundir e furar as Pessas de Artilharia. Facilmente

entendi que era do mesmo officio de Drouet; e, perguntando-lhe se o conhecia, me respondeu que perfeitissimamente; que, nas fabricas d'Angoumois e de Périgord, era o segundo depois do famozo Maritz; mas que, entre os Fabricantes, passava por igualmente forte.

Perguntei-lhe quanto ganhava de ordenados: Disse-me que Drouet ganhava mil Escudos; e que tinha outras diferentes gratificaçõis, com que sustentava carruagem, e caza muito decente; Que elle, Brocard, ganhava mil Francos, cazas na Fabrica e Ração.

Quando soube que Drouet se achava ao serviço de Portugal, levantou as mãos ao ceo, dizendo: «Em que estado se acha a França, que perde hum Homem similhante!».

Siguroume que o mesmo Drouet podia dar informaçoens delle, Brocard, Que fôra seu segundo nas sobre dittas Fabricas d'Angoumois e de Périgord, por tempo de Nove Annos.

Perguntei-lhe mais porque razão assim elle como Drouet largarão o serviço de França: Respondeu-me Que, no tempo da guerra, lhes não pagarão alguns Annos, e que, depois da Paz, somente satisfizerão huma pequena porção de ordenados, devidos anteriormente á mesma guerra; de sorte que a falta de pagamentos os obrigara a fugir, e buscar que comer por outra parte.

Fasso a V. Ex.ª este detailhe, que não deixa, em primeiro logar, de dar huma pequena Idea do Estado a que se acha reduzida a França; em segundo, porque delle se infere que Espanha, por contemplação áquella Côrte, não quer admetir homens tão raros commo Drouet; em terceiro, que hé hum incomparavel asserto e huma grande fortunaa de hirmos, em tais circonstancias, recolhendo estes preciozos despojos; e, em quarto, que, se V. Ex.ª quer o ditto Pierre Brocard, que me paresse excelente, com o avizo de V. Ex.ª o ajustarei, e logo passará a Lisboa, em hum Navio Mercante.

Espero brevissimamente dar boas notticias a V. Ex.ª do Negocio em que lhe falei na carta que levou a datta de 22 de Março, e que comessa com as palavras: «Na carta que escrevi a V. Ex.ª». Deos Guarde a V. Ex.ª muitos annos. Londres, 10 de Abril de 1764. — Ill.mo e Ex.mo Sr. conde de Oeyras. — *Martinho de Mello e Castro* (1).

(1) Biblioteca Nacional, *Collecção Pombalina*, cod. n.º 611, fl. 65.

*

Ill.mo e Ex.mo Sr. — O portador desta carta hé Pedro Brocard, Francez de Nação, no qual falei precedentemente ao Ex.mo Sr. conde de Oeyras e que, achando-se aqui sem ter que fazer, me pedio lhe quize-se pagar a sua passagem, porque dezejava hir a Lisboa oferecer-se ao serviço de ElRey, nosso senhor; e, como nessa Côrte já se acha João Drouet, Official do mesmo Officio, paresseme que o ditto Brocard não será inutil para a Fundição da Artilharia, nem que a V. Ex.ª será dezagradavel ouvir a historia destes dois habeis officiais, na sua perigrinação de Espanha.

Pedro Brocard servio em Périgord, na Fabrica de Fundição de Artilharia de ferro, por tempo de seis annos, debaxo da direcção do Marques de Montalembert; passou depois ás Fabricas de l'Angoumois, onde trabalhou na Artilharia de Bronze, debaxo da direcção de João Drouet, por tempo de dois annos.

Faltas de pagamentos e a esperança de fazer fortuna em Paizes Estrangeiros fizerão rezolver Brocard a fugir de França e passar a Espanha. Drouet fez o mesmo, e ambos se encontrarão em Victoria, Villa de Espanha, distante onze legoas de Bilbáo; daqui passarão a Madrid; e, falando ao Conde de Aranda, que neste tempo, tinha a Inspecção geral da Artilharia o dito Conde os remetteo a Maximiliano de la Croix, para que vi-se o plano de furar a Artilharia e examina-se as mais propoziçõis sobre o mesmo sugeito.

La Croix, informando o Conde de Aranda da utilidade de tudo o que os dois Officiais propunhão, este os tomou ao serviço de Espanha, dando-lhes, por primeira entrada, os mesmos ordenados que tinhão em França; isto he: a Drouet mil Escudos, ou quatrocentos e oitenta mil réis; e a Brocard, mil e duzentas Livras, ou cento e noventa mil réis.

Prometteo-lhes, além da referida somma, ordenados dobrados, logo que a experiencia mostra-se a utilidade do que propunhão, assim para fundir Artilharia, como para o modo de a furar.

Com este acôrdo, passarão os dois Officiais a Sevilha, acompanhados de hum capitão de Artilharia, onde estabelesserão o seu engenho,

e furarão nelle duas Peças, fundidas nos fornos que os Espanhoes tem naquella Cidade.

Hé de advertir que a despeza da Erecção do dito Engenho, correndo por conta e debaxo da inspecção de hum Official General Espanhol, este a fez montar a sessenta mil Livras de França, ou nove contos e seiscentos mil réis, ao mesmo tempo que os ditos Officiaes se obrigavão á erecção de cada engenho por preço de oito mil Livras, ou hum conto duzentos e oitenta mil réis, e que ainda desta somma lhes ficaria algum proveito.

Emfim, vistas e examinadas as ditas duas Peças, forão aprovadas, e reconhecida a utilidade do modo de as furar, passando-se disto attestaçõis, que se mandarão ao Conde de Aranda, a Madrid.

Dellas, porém, não rezultou efeito algum, ficando os ditos Officiais em Sevilha, ganhando por alguns annos os seos ordenados, sem emprego nem destino.

O Conde de Aranda, demetindo-se neste tempo da inspecção da Artilharia, e succedendo-lhe Maximiliano de La Croix, este, não podendo obter decizão alguma a respeito de Drouet e de Brocard, lhes aconselhou de passarem a Ximena, lugar pertencente ao Duque de Medina Sidonia, e que alli estabelesse-sem huma Fabrica, ajustando-se ou fazendo huma especie de Sociedade entre elles, o Duque, e hum Negociante Frances estabalecido em Cadix, chamado Boitet, para construirem Artilharia de Ferro, que ElRey poderia tomar, depois, a hum serto preço.

Immediatamente, porém, que se quiz pôr por obra o referido plano, se opôz a Marqueza de Villa castel, a qual tem hum privilegio exclusivo para a Fundição e Fabricas de Artilharia de ferro, com outras obras da mesma natureza. E nesta forma se desvanesseu o plano proposto por Maximiliano de La Croix.

Em tais circonstancias, vendo os dois Fabricantes que, no discurso de sette ou oito annos em que se achavão ao serviço de Espanha, não tinhão conseguido nem poderão fabricar mais que duas Peças de Artilharia de Bronze, huma de dezasseis e outra de doze, e que não tinhão probabilidade nem esperança alguma de fazerem mayor fortuna, que a dos simples ordenados que lhes acordarão por primeira entrada, rezolveo-se Drouet a passar a Lisboa, e Brocard a vir a Inglaterra.

Esta hé a relação que este Fabricante me fez; e, como me paresse habil e que poderá servir, rezolvi-me a lhe fazer algum bem, depois que se acha em Londres, a pagar-lhe a passagem na fórma que me pedio, e a recomendá-lo a V. Ex.ª, cazo que o ache digno de ser empregado no serviço de Sua Magestade. — Deus Guarde a V. Ex.ª muitos annos. Londres, 16 de Mayo de 1764. — Ill.mo e Ex.mo Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado. — *Martinho de Mello e Castro* (1).

Respostas que se devem fazer a Martinho de Mello e Castro, no dia 2 de Julho de 1764, sobre as suas cartas das datas abaixo acusadas:

Ill.mo e Ex.mo Sr. — Com huma das cartas que V. Ex.ª me derigio na datta de 16 de Mayo, recebi as amostras de Cobre e Estanho que a acompanharão, e a relação dos seus preços, os quais parecerão excessivos a todos os Professores que forão consultados sobre esta materia. Porém, como V. Ex.ª esperava outras semilhantes informaçõis de Suecia e Dinamarca. A vista das amostras e preços que trouxerem, responderei a V. Ex.ª com a ultima rezolução, que, agora, não cabe no possivel.

O Fundidor Drouet apareceo, com effeito, e se acha trabalhando em erigir novas Machinas e huma amplissima fornalha, donde podem sair outro pessas de trinta e seis, em cada fundição. Tambem chegou, e fica trabalhando com elle, o outro Fundidor, Pedro Brocar, portador da outra carta de V. Ex.ª, que trouxe a mesma datta. O que, por hora, posso dizer a V. Ex.ª, hé que elles ficarão ademirados da habilidade dos Artifices que trabalhão nas referidas officinas: Que a ellas se aplica toda a deligencia: E que logo que forem acabadas e experimentadas, informarei a V. Ex.ª do que se observar no exercicio dellas.

Tambem recebi a carta Familiar de V. Ex.ª, qué trouxe a datta de 19 do referido Mês de Maio, com os outro tomos dos *Actos do Parlamento*, e com os moveis do Defunto correio Antonio José da Costa, os quais logo forão entregues á sua viuva. — Deus Guarde a V. Ex.ª — Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, etc. (2).

---

(1) Biblioteca Nacional, *Collecção Pombalina*, cod. cit., fl. 115.
(2) Idem, *ibidem*, cod. n.º 634, fl. 357.

Num requerimento em que pede remuneração dos seus serviços de quarenta e sete anos (1), expõe Bartolomeu da Costa que, em 1764, fôra promovido ao pôsto de sargento-mor, na ocasião de se admitir no Arsenal do Exército um francês, para estabelecer ali os métodos praticados em França; e afirma que êsse estrangeiro, reconhecendo que tais métodos se não avantajavam aos seus, fugira, *adquirindo mais, no que viu praticar, do que deixou.*

É evidente que, por êste simples depoimento de Bartolomeu da Costa, não podemos apreciar o mérito de Drouet, nem determinar rigorosamente a parte que deva ser-lhe atribuída, na glória que tem envolvido o nome do oficial português.

As palavras de Pombal, na carta a Martinho de Melo, relativamente à impressão causada no espírito de Drouet e Brocard pela habilidade dos nossos artífices, e, mais ainda, a peremptória afirmação que o enérgico estadista faz, nas *observações secretíssimas* que, oito dias depois da inauguração da estátua equestre, entregou ao soberano, de que todos os dificílimos trabalhos do belo monumento haviam sido realizados por mãos de portugueses, e de que nenhuma inveja podiam suscitar a Portugal os mais notáveis fundidores estrangeiros (2), — confirmam, sem dúvida, a exposição de Bartolomeu da Costa.

A êsse e outros análogos testemunhos de contemporâ-

---

(1) Tôrre do Tombo, *Documentos vindos do Ministerio do Reino*, maço 683.

(2) *Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal*, tom. I (Lisboa, 1820), pág. 19.

neos, alguns há, no entanto, e valiosos, a contrapôr. Invocarei quantos conheço,—favoráveis e contrários,—para que o leitor possa julgar com perfeito conhecimento de causa.

Machado de Castro, procurando, embora, quer na sua *Descripção analytica da execução da estátua equestre*, quer na *Memória* que sôbre o tão celebrado monumento publicou em o *Jornal de Coimbra* (1), quer, ainda, na *Ode* (2) a el-rei D. José, pôr em relêvo a importância fundamental da sua colaboração nessa obra (importância desconhecida, não só do vulgo, mas até de homens ilustrados) (3), e não obstante afirmar que, depois de publicadas as notícias das fundições das estátuas de Luís XIV e Luís XV, era *cousa de fácil acesso* fundir uma estátua como a de D. José (4), —prodigaliza, ainda assim, os mais rasgados elogios a Bartolomeu da Costa (5), e não fala de Drouet.

---

(1) Vol. II (1812), pág. 348-356 e 429-439. Desta *Memoria*, — resumo da *Descripção analytica*, — ficou inédita a quarta e última parte, que tinha por objecto a apreciação de escritos estrangeiros acêrca do monumento (V. a *Observação* dos redactores, a pág. 311 do vol. III).

(2) *Ao rei fidelissimo D. José I, nosso senhor, collocando-se a sua colossal estatua equestre na praça do Commercio. Ode*, por Joaquim Machado de Castro, estatuário da mesma régia estátua, e de toda a escultura adjacente. — Lisboa 1775.

(3) Observa Jácome Ratton, nas suas interessantes *Recordaçoens* (Londres, 1813): — «He cousa digna de se notar que pertencendo a Joaquim Machado a invenção, desenho, modelo em pequeno, e em grande da dita estatua, e a Bartholomeo sómente a fundição em que foi feliz, recahisse toda a gloria, e até recompensas neste ultimo, como se vê da inscripção que se acha no Pedestal». (Pág. 309).

(4) *Jornal de Coimbra*, vol. II, pág. 354, nota.

(5) *Descripção analytica*, cap. IX.

O capitão de engenheiros Manuel de Sousa, tradutor de Molière e amigo de Filinto Elísio (1), numa relação, inédita, da solenidade da inauguração do monumento (2), encarece, quanto possível, nas passagens que em seguida transcrevo, o mérito de Bartolomeu da Costa:

«Nunca vira Bartholomeu da Costa outra fundição, nem os Engenhos com que as pessas se brocavão; mas este genio, verdadeiramente creador, e capas de produzir, do seu Cabedal, novas Maquinas, as inventou, não sómente para se brocarem as pessas e morteiros, mas tambem para se tornear toda a Artilharia, ainda pelos munhoens e culatra, engenhos vistos no mundo a primeira vez, e que parecião impossiveis aos mesmos estrangeiros o terem o seu devido exito; e que só podião ser fructo da apurada meditação de hum tão raro engenho, que com razão se podesse avaliar pelo do milhor Maquinista do Mundo. (Fl. 13).

. . . . . .

«Não deixarei em esquecimento, para gloria da Nação, o novo descobrimento que vimos em Portugal, em nossos dias. As naçoens mais potentadas e polidas da Europa ha muitos annos, que andão apostadas no descobrimento da Porcelana, trabalhando baldadamente por desbancarem os Japonezes. Desde o anno de . . ., em que Reaumour comessou esta empreza, lhe tem outros muitos imitado o zêlo; e, bem que se tenhão esmerado, nunca poderão, até agora, imitar-lhe

---

(1) Sôbre êste escritor, vid. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tom. VI, pág. 112, e tom. XVI, pág. 338; e as seguintes obras de Teófilo Braga: *A Arcadia Lusitana*, pág. 108 e 342; *Filinto Elysio e os dissidentes da Arcadia*, pág. 155; *Bocage*, pág. 129.

(2) *Relação da solemnidade com que o povo de Lisboa celebrou a inauguração da estatua equestre del-rei D. José primeiro. A que precede um succinto elogio das principaes acções deste monarcha.* — (Biblioteca Nacional de Lisboa, secção de Mss., n.º 451. — Cópia feita do original, no comêço do século XIX, por ordem do bibliotecário-mor, dr. António Ribeiro dos Santos).

a rigeza e candura. Introduzirão na sua construcção a pedra hume; mas foy tentativa infructuoza. Toda a porcelana da Europa se pode fundir dentro da da China.

«Tempo havia já que Bartholomeu da Costa, Tenente Coronel Engenheiro, de quem já fallamos, e fallaremos ainda, estudava nesta compozição; e, com a aberta que lhe deo a escolha dos Barros na fundição da Real Estatua, fez as suas primeiras experiencias da porcelana. Sahio esta infinitamente melhor que todas as de que temos noticia, e superior á mesma do Japão; pois, por uma constante experiencia, se chega a do Japão a fundir dentro nella. Tem huma alvura incomparavel; e tal consistencia, que, impressa nella hum delicado cunho, conserva os mais ligeiros rasgos do buril. A este genio, verdadeiramente raro, devemos esta invenção, em que inutilmente se tem esmerado tantos talentos raros e genios sutis. (Fl. 25).

. . . . . .

«Tocou ao mesmo sabio Fundidor o tirar a Estatua da cova onde se fundira e acabára; e, para isto, foi inventor de huma nova Maquina, cuja discripção he aqui impropria, mas não o he o louvor que por ella merece, pois ali se vê, como em tudo o mais, huma nova applicação dos principios de Mechanica, tirada do fecundo engenho do mesmo Author, sempre creador de couzas novas e de couzas grandes». (Fl. 64 v.).

Na sua *Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores, e esculptores, architectos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal* (Lisboa 1823), ao ocupar-se do gravador João de Figueiredo, refere-se também o pintor e historiógrafo Cirilo Volkmar Machado aos trabalhos cerâmicos de Bartolomeu da Costa:

«João de Figueiredo, em 1775, abrio huma medalha de 3 polegadas de diametro representando a Estatua Equestre do Senhor D. José I.º e foi impressada em varios metaes, e em porçolana de Bartholomeu da Costa, a qual sendo tão clara, e diafana como a da China, resistia muito mais que ella ao ferro, e ao fogo. Em 82, fez o punção do Re-

trato da Senhora D. Maria I.ª para os Camafeos de porçolana do mesmo Bartholomeu, que se usarão em anneis». (Pág. 279).

Nenhuma alusão a Drouet, que, todavia, segundo veremos, parece ter precedido Bartolomeu da Costa no descobrimento da argila refractária, elemento essencial na composição da porcelana dura.

Ao tratar de Machado de Castro, refere-se ainda Volkmar a Bartolomeu da Costa, como fundidor da estátua equestre (pág. 266), e também nesse ponto não alude a João Drouet.

José Acúrcio das Neves, cujos trabalhos históricos e económicos, já hoje não muito vulgares, encerram notícias valiosas sôbre o renascimento industrial tentado por Sebastião José de Carvalho, cita, como fundidor, Bartolomeu da Costa, a quem qualifica de *insigne*, afirmando que foi no Arsenal do Exército que êle aprendeu e praticou, sem, no entanto, se referir a Drouet (1).

Os ensaios de Costa para obter a porcelana, menciona-os José Acúrcio das Neves, quando, no capítulo XVII das suas *Noções*, se ocupa da fábrica de loiça, — a célebre *fábrica do Rato*, cujos produtos (diga-se de passagem) trata com imerecido desdem:

« Duas tentativas se tem feito para introduzir em Portugal a manufactura da porcelana: huma mais antiga pelo Tenente-General *Bartholomeo da Costa*, que chegou a fabricar mui bellas peças desta louça,

(1) *Noções historicas, economicas, e administrativas sobre a producção, e manufactura das sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fabrica do suburbio do Rato e suas anexas* (Lisboa, 1827), pág. 274.

que forão apresentadas á Senhora Rainha *D. Maria I,* a qual não progredio por falta de auxilios: outra mui recente por *José Ferreira Pinto Basto,* que actualmente se esforça para levar ao fim esta empreza na sua fabrica d'Aveiro ». (Pág. 248-249).

Por outra parte, o autor (anónimo) de um dos numerosíssimos escritos provocados pelo famoso monumento pombalino (1) refere-se desfavoràvelmente a Bartolomeu da Costa na passagem seguinte, que, conquanto não diga respeito à fundição da estátua, nem às tentativas do fundidor no campo da cerâmica, e embora não contenha qualquer alusão a Drouet, vale a pena de ser aqui transcrita, porque encerra uma afirmação que envolve todos os trabalhos, tôda a actividade, de Bartolomeu da Costa: — a de que foram devidas, mais a favoritismo do marquês de Pombal, do que a merecimentos reais e provados, as valiosas recompensas que o nosso engenheiro alcançou. Eis a passagem:

« Já a este tempo se tinhão fatigado os espiritos mais cultos dos officiaes engenheiros, em desputar sobre o modo de conduzir e elevar esta estatua ao lugar da sua colocação, com maior facilidade, e se tinhão feito muito graves despezas nos aprestes para esta execução. O Mestre da Fundição, que, sem alguma noção dos fundamentos daquella faculdade e sómente governado pelos dictames do seu discurso, regulados pelos da expriencia, a tinha feita não só perfeita na

(1) *Relação historica em que se refere o motivo por que se erigiu a estatua equestre de el-rei D. José o 1; da formalidade com que se modelou, fundiu, reparou e festejou, té o tempo final da sua inauguração.* Escrita por um Curioso Imparcial. — Em Lisboa, na officina emanuense, anno de 1778. (Encadernada, com outras especies, no cod. 607 da secção de Mss. da Bibliotheca Nacional. — Copia nitida, da epoca).

fórma referida, mas estava obrigado a pola na carreta ou zorra que se deputava para a condução, vendo o excessivo das prevençonens, a superfluidade dos gastos e o escuzado das fadigas, que se fazião, e restavão fazer, para o implemento do projecto, — offereceu-se para a conduzir e ellevar, com a minima parte daquelle artefacto, e com a mesma facilidade com que a havia suspender e pôr sobre a carreta.

«Porém, o Marquês de Pombal, que queria fazer Senhor desta acção ao Capitão Engenheiro de quem a tinha confiado, para o primiar, mais como valido, que como benemerito, vendo que ficava abatido, se não proseguia as suas dispoziçoens, prezando em mais o aumento deste, que evitar as superfluidades dos gastos e das operaçoens não aceitou a oblação e mandou proseguir as direçoens do Enginheiro. Elle, sim, fes esta acção para se constituir crédor da gratificação; mas o mesmo Marquês vio, e foi notorio a todos os expectadores, sabios e ignorantes, que, não obstante todas as suas cogitaçoens, inda hoje, por sua idéa, estaria a estatua firme no lugar donde a queria mover, se lhe não acodirão o mesmo Mestre da Fundição, e o Patrão-mor, auctor do engenho para a elevação...» (Fl. 75 e seguintes).

¿Seria ainda João Drouet o mestre da fundição?

Se abrirmos as *Recordaçoens* de Jacome Ratton e lermos o capítulo que se refere à estátua equestre, deparar-se-nos há, com relação ao fundidor, um testemunho muito mais valioso que o precedente, porque, ao passo que ignoramos quem seja o *Curioso Imparcial*, que tão duramente trata Bartolomeu da Costa e com tanta severidade aprecia a administração pombalina, tornando-se, pois, impossivel determinar, pela integral aplicação das regras da crítica histórica, o grau da credibilidade de tal depoïmento, — sabemos que era homem ilustrado e conscienciozo o autor das *Recordaçoens*, livro que, com as cartas de Beckford, tão intensa luz projecta sôbre o século XVIII

em Portugal; livro que, pelas copiosas e variadíssimas notícias que contém e que debalde se procuram noutra parte, constitui subsídio indispensável para o estudo de mais de um aspecto da vida portuguesa nos reinados de D. José e D. Maria I; livro, emfim, que, pelas frisantes e judiciosas reflexões do autor, — quantas delas perfeitamente aplicáveis à actualidade! (1) — merece ler-se e fàcilmente consegue prender a atenção, e ganhar a confiança, do leitor. Eis o que nos diz, a propósito da fundição da estátua equestre, Jacome Ratton:

«A fundição da estatua equestre de hum só jacto foi dirigida pelo celebre fundidor do Arcenal Real do Exercito Bartholomeo da Costa, que naquelle exercicio de fundidor chegou a ter a patente de Tenente General. Elle mesmo deo a engenhosa direcção para se tirar a estatua da cova em que fora fundida, assim como tambem para ser conduzida até junto do Pedestal, sobre o qual foi collocada pelo bem dirigido apparelho que a mestrança da ribeira das naus tinha preparado. He muito para sentir que os nomes de tantas gentes habeis, quantas se empregarão no complemento desta grande obra, fiquem para sempre no esquecimento, por se não terem publicado pela imprensa; descuido mui trivial entre os Portuguezes; e por isso morre com elles a sua fama. O contrario aconteceo em Paris com a Estatua equestre de Luiz XV; porque se publicou pela imprensa huma relação circunstanciada de todo o processo, ajentando-se-lhe estampas, o que tudo forma hum grande Atlas, e servio de guia ao dito Bartholameo da Costa, o qual teve tambem a felicidade de achar já no Arcenal Real do Exercito hum forno de reverbero, e de sufficiente capacidade, construido em 1761, ou 1762, por hum francez chamado Drouet, que

(1) Leia-se, por exemplo, o que êle escreve acêrca da necessidade de eliminar os lugares supérfluos e de simplificar os serviços do Estado; da *praga* de legistas e desembargadores; da acumulação de muitos cargos públicos na mesma pessoa; da palavra *empenho*, etc.

por ordem do Governo tinha andado pelas provincias em busca de argila refractaria até então desconhecida no Reino; pois que se usava dos tijolos ordinarios na construcção dos fornos de fundição, com o inconveniente de ser preciso hum novo forno para cada fundição. Esta argila foi descoberta junto do rio Vouga nas visinhanças de Aveiro; e alli estabeleceo o dito Drouet fornos e fabrica de tijolos refractarios, que já não existe, nem talvez nenhuma das pessoas que nisso forão empregadas, pelo muito tempo que tem decorrido. Eu mesmo mandei vir para meu uso daquelle barro, e achei que dava exactamente os mesmos resultados. Foi o dito Drouet author de muitos inventos naquelle Arcenal, como tornos para brocar, e tornear as peças horizontalmente, carros rodando sobre vigas horizontaes, e levantadas acima do chão, por meio dos quaes se tiravão as peças das covas, e se transportavão a outros lugares, de cujos inventos se approveitou Bartholomeo da Costa, para tirar, e transportar a estatua fóra do Arcenal; mas intrigas entre Bartholomeo da Costa e o dito Drouet desgostarão este ultimo ao ponto de se retirar para Veneza ». (Pág. 307-308).

Em face destes depoïmentos, e restringindo as nossas conclusões ao objecto dêste esbôço histórico, julgo poder afirmar-se que o descobrimento do caolino em Portugal se deve a João Drouet, pertencendo a Bartolomeu da Costa ùnicamente a glória de haver multiplicado entre nós as aplicações dessa argila, com que o seu descobridor apenas fabricara tijolos.

Na exposição de cerâmica realizada no Pôrto, em 1882, pela benemérita *Sociedade de Instrução*, e que deu lugar a serem publicados os eruditos estudos do sr. Joaquim de Vasconcelos, que representam a primeira e já fecunda exploração nesse *novo mundo da cerâmica*, que, — segundo a justa e pitoresca frase de Jacquemart, — então era o nosso país, figurou um serviço de chá (exposto pelo

sr. João da Rocha Sousa e Lima), no qual, conforme o testemunho do sr. Vasconcelos, *tudo revela a obra de um principiante*, e que êste escritor julga ser produto dos ensaios de Bartolomeu da Costa, ou das tentativas de João Manso Pereira, de que adiante falarei.

Descreve-o assim o autorizado historiógrafo:

«Compõe-se de seis chavenas com seus pires, bule, leiteira, assucareiro (sem tampa), manteigueira e tijela de lavar as chavenas. Todas as peças têem a seguinte pintura, que é feita de estampilha, em dous tamanhos, conforme as dimensões das differentes peças:

«A figura da Gloria, coroada, em um carro triumphal, puchado por dous pavões verdes (!). Na mão esquerda, sustenta um medalhão oval, que encerra dous retratos em busto; na moldura do medalhão, que é côr de rosa, lêem-se os nomes MARIA I E *(sic)* PETRUS III. Com a direita, a Gloria guia os pavões, e sustenta um cetro de ouro. O carro é pintado a tinta da China, com toques de ouro, e vôa no espaço sobre nuvens azues. A Fama veste uma tunica amarella, por debaixo de um manto côr de rosa. As côres são más; não resistiram ao fogo; tudo revela ahi a obra de um principiante; o desenho é fraco, mas de modo algum mostra o estylo do desenhador oriental. Suppomos serem estas peças um resultado dos ensaios do tenente general Bartholomeu da Costa (1774). A maior parte das peças têem o monograma J. P. X. (1) (enlaçado), em vermelho, tocado de ouro (2)».

Resultado, indiscutìvelmente, dos ensaios de Bartolomeu da Costa, realizados, segundo parece, na fábrica do Rato, são as seguintes medalhas:

I — Medalha branca, em forma de edículo, represen-

(1) Noutro ponto, o sr. J. de Vasconcelos classifica de *muito hipotética* a sua leitura dêste monograma. — *Ceramica portuguesa*, série II (Pôrto, 1884), pág. 92.

(2) *Exposição de ceramica* (Pôrto, 1883), pág. 60.

tando o aparelho com que foi elevada da casa da fundição, e colocada no carro que a transportou até ao Terreiro do Paço, a estátua equestre.

Tem no anverso, em diferentes pontos, as seguintes legendas:

SUSPENDIDA EM 20
DE MAYO DE 1775

FUNDIDA EM 15
DE OUTUBRO DE
1774 COLOCA
DA EM 26 DE
MAYO DE 1775

ABERTA COM ASISTENCIA E DESE
NHO DO INVENTOR EM 1775

No reverso:

MAQUINA, COM QUE SE SUSPENDEO,
ELEVOU POR HUM ANGULO RECTO
FORA DA CAZA DA FUNDIÇÃO,
PARA SE POR NO CARRO DE TRANS
PORTE, A REAL ESTATUA EQUES
TRE DE S. MAGESTADE FIDELISSI
MA O SENHOR D. IOZE PRIMEIRO
FUNDIDA DE HUMA SO VES SEM
A MENOR FENDA EM A REAL FUN
DIÇÃO DE ART.RÁ NA INTENDENCIA
DO THEN.TE GENERAL DA ART.RA DO
REINO MANOEL GOMES DE CARV.O
E SILVA. INVENTADA PELLO BRI
GADEIRO BARTHOLOMEU DA
COSTA, O PRIMEIRO, QUE EM POR
TUGAL ACHOU PORCELANA, E DES
COBRIO ESTA NO MESMO TEMPO
EM QUE IDEAVA, E CONTINUAVA
O TRABALHO DE FUNDIR
A REAL ESTATUA

No exergo do reverso:

LISBOA
GRAVADA NO ARSENAL R. DO EXERCITO. POR IOÃO DE FIGUEIREDO

Estilo português dos fins do século XVIII.

Larg., 6,5 cent.; alt., 11 cent.

Esta medalha, cujos exemplares de porcelana atingem actualmente elevado preço, foi também reproduzida em diversos metais. Exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Museu Municipal do Pôrto, no de Artilharia, no da Academia das Sciências, no gabinete de numismática do paço da Ajuda, etc.

(Est. I e II, n.º 1).

II — Medalha rectangular, branca, tendo no anverso as armas reais e esta inscrição:

LISBOA 1773

e no reverso, dentro de uma placa, a seguinte legenda:

DESCUBER
TO PELO
THEN.E CORO
NEL BAR
THOLOMEU
DA COS
TA

Estilo português dos fins do século XVIII.

Larg., 4 cent.; alt. 5,5 cent.

Exemplares no gabinete de numismática do paço da Ajuda, no museu da Academia das Sciências, etc.

(Est. I, n.os 2 e 3).

III — Medalha circular, tendo no anverso a estátua eqüestre, com esta legenda em volta:

REAL ESTATUA EQUESTRE DE S. MAGESTADE FIDELISSIMA D. IOZE I.

e a seguinte no exergo:

LISBOA. ANNO 1775

No campo do reverso, dentro dum escudo, esta inscrição:

PRIMEIRA PORCELANA
ACHADA EM PORTUGAL
EM 1773. DESCUBERTA
PELO BRIGADEIRO
BARTHOLOMEU DA
COSTA NO MESMO
TEMPO EM QUE CON
TINUAVA O TRABA
LHO DE FUNDIR A RE
AL ESTATUA

e no exergo, a seguinte:

GRAVADA NO ARCENAL REAL DO EXERCITO. IOAO DE FIG.DO

Estilo português dos fins do século XVIII.

Diâmetro, 8 cent.

Exemplar no gabinete de numismática do paço da Ajuda.

(Est. III).

IV — Pequena medalha oval, no género das de Wedgewood, com o busto de D. Maria I, de côr branca, sôbre

fundo azul acinzentado, ou côr de pinhão. No reverso, uma camada branca, e, em volta, a legenda seguinte:

IOÃO DE FIGUEIREDO. FECIT * LISBOA ARCENAL REAL DO EXERCITO. 1782.

Aparecem exemplares sem esta coberta no reverso, e, portanto, sem a legenda.

Medem, em geral, 18 mil. no diâmetro menor, e 25 no maior.

(Est. II, n.º 2).

São relativamente vulgares estes pseudo-camafeus, que, segundo Volkmar Machado, eram destinados a anneis.

No Museu da Academia das Sciências e no Museu Municipal do Pôrto, há diversos exemplares desta medalha, que representam evidentemente (alguns, pelo menos) experiências ou tentativas. Correspondem a cunhos diferentes, porque o busto da rainha, sempre igual no desenho, varia quanto às dimensões; e, num dos especimes, aparece emoldurado e com as seguintes legendas em volta do busto:

MARIA. I. D. G. REGINA. PORT. ET. ALG.

Na parte inferior:

I FIG.DO 1782

(Est. II, n.º 3).

Desta variante, possui a Academia das Sciências um exemplar, reproduzido numa substância vermelha (cera, talvez), e o Museu Municipal do Pôrto um especime de porcelana sem esmalte, em que o busto, as legendas e a moldura são brancos e o fundo côr de tijolo. Aquele

mede 38 mil. no diâmetro maior e 32 no menor; êste, 30 e 25, respectivamente. O desenho é absolutamente idêntico.

Uma das outras medalhas da Academia oferece uma particularidade interessante: o estar colada sôbre um cartão, que tem, manuscrito, no verso, o nome — *P.º Celestino*.

Póde, porventura, ser produto de experiências ou ensaios do engenheiro José Pedro Celestino Soares, que teve em Lisboa, na travessa do Pé de Ferro, uma fábrica de faiança e que, segundo parece, foi quem sugeriu, por 1820 ou 1822, a José Ferreira Pinto Basto, o inteligente e perseverante fundador da fábrica da Vista Alegre (Aveiro), a idea de estabelecer no jardim do seu palacete do largo das Duas Igrejas um laboratório para a análise de barros, com o intuito de descôbrir o kaolino, a fim de introduzir em Portugal, descoberta essa argila, a manufactura da porcelana. Celestino Soares teria aproveitado o cunho aberto no Arsenal pelo gravador João de Figueiredo.

O Cardeal Saraiva (D. Fr. Francisco de S. Luís), quando, na sua *Lista de alguns artistas portuguezes*, se refere a João de Figueiredo (pág. 18), diz que possuía um *camafeu* de prata com o retrato de D. Maria I, que se lhe afigurava ser obra daquele gravador. O cunho dessa medalha era, talvez, um daqueles que Bartolomeu da Costa reproduziu em porcelana.

É de crer que sejam também obra de Bartolomeu da Costa as seguintes medalhas:

I — Medalha oval, com o busto do principe D. José, em relêvo. A figura é branca; e o fundo, geralmente, azulado

ou côr de pinhão (1), como na medalha de D. Maria I, de que esta constitui, por assim dizer, o par, embora seja menos vulgar do que ela. No reverso, que é branco, uma data na parte superior: — LISBOA * 17...

Não há concordância, quanto ao ano, entre os diferentes exemplares de que tenho notícia. Assim, o do sr. conde do Almarjão é datado de 1783; o do Museu Etnológico Português e o que pertenceu ao grande estatuário Soares dos Reis, de 1793, — segundo afirma o sr. Joaquim de Vasconcélos, que declara ter feito a leitura, no primeiro, com o auxílio duma lente (2). Num especime que pertenceu ao falecido conservador da Biblioteca Nacional, Rebelo Trindade, e no do medalheiro do paço da Ajuda, acham-se obliterados, naquele, os dois últimos algarismos, e neste, o último, sendo o 8 o penúltimo. O exemplar da Academia das Sciências tem moldura de pau santo, com vidro, e costas de metal, não podendo, pois, ler-se-lhe a data. Descrito, embora, no inventário, como de porcelana, mais parece de gêsso, pelo aspecto.

Contesta o sr. Vasconcélos (3) a possibilidade de ser D. Pedro III a personagem nessa medalha representada, pretendendo que seja el-rei D. José. Pendo a crer que será antes o malogrado príncipe do Brasil, não só porque assim o indica o inventário do museu da Academia, — cópia do antigo, — mas porque, entre êsse busto, primo-

(1) Conheço também um exemplar com o fundo côr de ardósia. Pertence ao sr. conde do Almarjão.

(2) *Exposição de cerâmica,* pág. 83. O exemplar que hoje pertence ao Museu Etnológico pertencia então ao sr. dr. Pedro A. Dias (Pôrto).

(3) Id., pág. 84.

rosamente modelado, e retratos que conheço do filho primogénito de D. Maria I, como, por exemplo, o retrato a óleo que existe na Biblioteca Nacional e o gravado por Joaquim Carneiro da Silva para o tomo II (muito mais raro que o primeiro) da obra *Os Estrangeiros no Lima,* há, sem dúvida, alguma semelhança.'

Dimensões, as da medalha de D. Maria I.

(Est. II, n.º 4).

II — Medalha circular, com moldura, representando, de perfil, para a direita, como nas moedas de oiro, os bustos de D. Maria I e D. Pedro III. Em volta, a seguinte inscrição:

MARIA. I. ET. PETRUS. III. PORTUGALIÆ. REGES.

Na parte inferior do busto, a subscrição do gravador e a data:

I FIGUEIREDO. 1780

Figuras e legendas, brancas, em relêvo. Fundo côr de pinhão, de tom bastante claro. Moldura azulada.

Diâmetro, 5 cent.

Exemplar na Academia das Sciências.

(Est. IV, n.º 1).

Perfeitamente idêntica a esta no desenho, mas de menor diâmetro (4 cent. apenas), com a legenda em dativo, sem subscrição do gravador e sem moldura, possui a Academia outra medalha, cuja pasta, branda, porosa e côr de loisa, faz lembrar a das nossas interessantes *loiças pretas*. É igual ao anverso duma das três medalhas co-

memorativas da fundação do convento da Estrêla (1), e porventura obtida por moldagem. Dos bustos que figuram nesses dois especimes, há também ali, em ponto maior, um modêlo de cera sôbre placa de schisto.

Cêrca de meio século decorrido sôbre os ensaios de Bartolomeu da Costa, alguem pretendeu recomeçá-los.

Na exposição do Pôrto, apresentou o falecido escritor Tito de Noronha uma medalha com a estátua eqüestre no anverso e a seguinte legenda no reverso:

PORCELANA DESCOBERTA POR
BARTHOLOMEU DA COSTA
NO ANNO DE 1773
FEITA POR F. A. RAPOZO EM 1834

Apesar das diligências que empreguei, não consegui descobrir o paradeiro desta curiosa medalha, valendo-me, pois, das indicações do sr. Joaquim de Vasconcélos (2), que supõe ser ela uma das primeiras peças de ensaio da Vista Alegre, porque foi exactamente no ano de 1834 que um simples aprendiz da fábrica descobriu o kaolino (em Vale Rico), e se iniciou, portanto, ali a manufactura da porcelana (3).

No gabinete do paço da Ajuda, há uma pequena medalha circular, com o busto de D. Maria II, de côr branca,

---

(1) Vid. Lopes Fernandes, *Memória das medalhas e condecorações portuguezas* (Lisboa, 1861), pág. 45, med. 57.

(2) *Cerâmica portugueza*, série II, pág. 43, nota 3.

(3) *Exposição de cerâmica*, pág. 77.

sôbre fundo alvadio, mesclado, tendo em volta a legenda:

D. MARIA II RAINHA DE PORTUGAL

e no enxergo:

BARRE F.T 1833

Diâmetro, 3 cent.

(Est. IV, n.º 2).

Afirma-se (ignoro com que fundamento) que esta medalha, bastante imperfeita, é devida a um descendente de Bartolomeu da Costa, — acaso o indivíduo cujo nome figura na que reproduz a estátua eqüestre.

Com excepção das duas últimas, da que representa as armas de Portugal e da que tem o busto do príncipe D. José, tôdas as medalhas que ficam mencionadas inscrevem o nome do artista que abriu os respectivos cunhos: — João de Figueiredo, gravador de armas no Arsenal do Exército (1).

Menos trabalhosa, talvez que a medalha com as armas portuguesas fôsse aberta por Francisco Xavier de Figueiredo ou António Joaquim de Figueiredo, (filhos de João de Figueiredo), ou Cipriano da Silva Moreira (2), ou Nicolau

---

(1) A João de Figueiredo referem-se: — Cirilo Volkmar Machado (*Colecção de memórias*, pág. 278), D. Fr. Francisco de S. Luís (*Lista de alguns artistas portuguezes*, pág. 18), e Raczynski, (*Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, págs. 98-99).

(2) Acêrca dêste gravador, lê-se na *Lista*, de D. Fr. Francisco de S. Luís, (pág. 55): — «... a Obra que mais honra o seu talento, e em que mais coadjuvou seu Mestre, é a bella medalha da Estátua Equestre de elRei D. José 1.º, de meio palmo de diâmetro, aonde se vê todo o primor do buril dêste digno Artista».

José Correia, ou Manuel Luís Rodrigues Viana, ou algum outro dos seus discípulos.

Quanto à dedicada ao príncipe D. José, é muito de supor que seja também devida a João de Figueiredo.

Do artista que assina a medalha de 1834 (F. A. Raposo), não logrei obter notícia. Talvez que êsse nome não pertença ao abridor do cunho, mas ao ceramista.

Barre, é, provàvelmente, o escultor francês dêste nome, discípulo de Cortot.

III

João Manso Pereira, professor de humanidades na Baía e no Rio de Janeiro, publicou em 1796, no *Paladio Português* (1), uma memória, — duas vezes reimpressa já (2), — em que sustenta que certa argila branca, muito vulgar no Brasil e chamada pelos indígenas *tabatinga* (terra branca), é o legítimo kaolino; e que uma das suas variedades, correspondente à que os chineses denominam *hoache*, adquire ao fogo, quando bem graduado, um brilho considerável, sendo por isso muito própria para as obras de relêvo. Acrescenta João Manso Pereira que dela se servia para fabricar os camafeus *que alguma aceitação têm merecido ao publico.*

---

(1) Publicação periódica destinada a vulgarizar os descobrimentos e aperfeiçoamentos que interessassem à agricultura, à indústria e ao comércio. A memória de João Manso Pereira está impressa no tom. II (Lisboa, 1796), pág. 13-29.

(2) Na versão portuguesa da *Arte de porcelana*, do conde Milly (Lisboa, 1806), pág. 231-249, e na *Exposição de cerâmica*, do sr. Joaquim de Vasconcelos, pág. 6-15.

Dotado de espírito empreendedor, muito dado ao estudo da química e da mineralogia, Pereira realizou, pela aplicação dêstas sciências, alguns inventos, que, como geralmente sucede, lhe não obtiveram o auxílio e os aplausos a que se julgava com direito, pois que, na sua memória, deplora ver-se rodeado de homens que (diz elle) consideravam bagatelas os seus trabalhos e julgavam perdido o tempo consagrado ao estudo da natureza, confundindo a química moderna com a velha alquímica.

Não foi, ainda assim, o poder central de todo indiferente aos trabalhos de João Manso Pereira, como se vê dos seguintes documentos, um dos quais, — a consulta da Junta do Comércio, — é agora publicado pela primeira vez:

«Dona Maria, por graça de Deos Rainha de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, Senhora de Guiné, etc. Faço saber a vós, João Manço Pereira, que, tomando em consideração as vossas novas especulações, manifestadas nas amostras de vinho de assucar, de agu'ardente distillada da raiz do Çapé, dos alkalis extrahidos da Bananeira e do Mangue, e dos camafeos fabricados de terras do Paíz, á maneira das obras de Saxonia e Sêves *(sic)*, que me forão presentes, na Minha Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, d'estes Reinos e seus Dominios, e querendo que o vosso genio e mui louvaveis applicações prosperem, em honra e utilidade vossa e em proveito das Artes e do Commercio dos Dominios Portuguezes, — Sou servida expedir ordem (que será com esta), para se fornecer a despeza que fôr necessaria para se prepararem, d'estes generos, quantidades sufficientes, com que se possão fazer experiencias do seu prestimo, nos usos a que devem servir. Para este fim, fareis preparar e remetter, com toda a economia possivel, doze arrobas, pouco mais ou menos, de cada hum dos alkalis; quatro ou cinco almudes de cada hum dos dois liquores, acondicionados com modo que se não alterem;

amostras dos diversos barros que servem para louças ordinarias e de cozinha e para a Porcelana fina, tudo separado, e em porções capazes de se fazerem as precizas experiencias, informando muito circunspectamente se ha o *Kao-lin* ou o *Pe-Tun-Tse* naturaes do Paíz, ou outras Argillas ou Barros, simpleces ou compostos, simelhantes aos conhecidos na Europa e no Japão, em abundancia, capazes de se estabelecer Fabrica que dê louça para serviço de mezas. De cada qual dos productos que remetterdes (assim dos indicados, como de qualquer outro e de qualquer parte do Brazil, que reconhecerdes util), mandareis conta exacta da despeza que houver feito, desde o seu primeiro custo até se pôr a bordo, a fim de se poder calcular a concorrencia que póde ter nos Mercados da Europa. E, se, para adiantar e aperfeiçoar os vossos trabalhos, vos faltarem retortas e vasos de vidro e barro, ou quaesquer instrumentos de metal, o representareis, dirigindo-vos em tudo á Minha Real Junta da Commercio. Ao Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brazil recommendo que vos proteja e auxilie nas vossas emprezas, para que não encontreis obstaculos, e vos possaes fazer benemerito da Minha Real Contemplação. A Rainha, Nossa Senhora, o mandou pelos Ministros abaixo assignados, Deputados do sobredicto Tribunal. — Francisco de Sousa Pinto e Massuellos a fez, em Lisboa, a cinco de Setembro de mil setecentos noventa e tres. — Theotonio Gomes de Carvalho a fez escrever. — *Theotonio Gomes de Carvalho.* — *Francisco Soares de Araujo e Silva* (1).

*

Senhora: — A Real Junta do Commercio, sabendo que o Brazil pode produzir a Vossa Magestade quantos generos necessarios andão no Commercio geral, e muitos outros, ainda desconhecidos, que se podem aproveitar, com suma ventagem do mesmo Commercio e das artes,

---

(1) Publicada no vol. II do *Palladio Portuguez* (pág. 1-3), onde, como vimos, também saiu, em primeira edição, a memória de J. Manso Pereira, esta provisão foi com ela reimpressa pelo sr. J. de Vasconcelos, na sua *Exposição de ceramica*, pág. 5.

logo que hajão pessoas habeis, que os saibão conhecer e inculcar, e sabendo tambem que João Manso Pereira, Professor de Rethorica no Rio de Janeiro, se tem feito conhecer pelo seu talento, singular aplicação e disvello, sobre especulaçoens chimicas, de que tem dado boas provas, — mandoulhe asistir com o necessario para fazer alguas indagaçoens a este respeito, dando-lhe para isso as competentes insinuaçoens, que elle dezempenhou egregiamente, apezar de lhe faltar os competentes Livros, Instrumentos, Vasos, machinas e os inumeraveis utensis, que demanda o trabalho chimico.

Remeteu logo des arrobas e meya d'alcaly ou potassa, estrahida dos engaços das bananas, para servir nas Fabricas de vidro e Sabão, o que, sendo hum dos generos de mayor consumo nas mesmas Fabricas, e podendo extrahirse de hum vegital de que mais abunda todo o Brazil, e que nenhum valor nem prestimo se lhe conhecia, sendo talvez possivel, pela sua abundancia e barateza, perperar *(sic)* delle o nitro para polvora, agoa forte, etc. (1).

Tambem remeteu varias amostras de saboens feitas por elle, de Cebo e azeite de peixe, ao modo do de Hespanha e d'Inglaterra, os que se mandarão esperimentar á Fabrica Real das Sedas, da mesma forma que á Fabrica de Vidros se mandão as potassas, tanto da Bananeira, como do mangue, que agora chegou.

Tendo já mandado alguma argilla e petunse para Louça e porcelana, agora remete outros barros em rama, proprios para ellas, emviando tambem algumas pessas já fabricadas, em camafeos, cadilhos e outros vazos, de diferentes kaolins e argilas, transparentes e opacas, invernizadas com verniz tirado da Bananeira, de cujos processos dá as suas theorias.

O que parece, comtudo, ser da mayor importancia, hé a amostra, que remete, da terra ou argilla a que os naturalistas chamão *Fullon*, porque serve aos lavadores de Lãas. Os Inglezes são tão ciozos e avaros da que lhe produz Inglaterra e Escocia, que prohibem a sua extracção com a mesma dureza que a das Lans, pois só crê *(sic)* que a

---

(1) Está evidentemente incompleto êste período. Lapso, talvez, do amanuense que registou a consulta.

ella se deve e superioridade dos seus panos, porque purefica as Laãs dos Olios com que se preparão, conservandolhe o macio e pelucido, como esta argilla, que os Francezes não tinhão ahinda achado no seu paiz, apezar de reconhecerem a sua preciozidade, como se vê da memoria, premiada, de Mr. Bourgeois, que se acha na Colecção da sociedade economica de Berne (1).

Já havia remetido vinho extrahido da Cana; auguardente da raiz da grama sapé; e, agora, manda alguns frascos d'aguardente de Cana, feita por meyo de Cal viva, e outra por meyo do alcali da Bananeira, como se faz na Jamaica, a que os Inglezes chamão Rum: — o que elle aprendeu com dois Chimicos que hião d'Inglaterra para a Azia.

Ao Muzeu Real se remeteu amostras de todos estes productos, para serem prezentes a Vossa Magestade.

A fim do Tribunal poder continuar estas e semelhantes especulaçoens, em que espera fazer grande serviço a Vossa Magestade, engroçando a maça do Commercio Nacional com produçoens novas, tanto para as Artes e Fabricas já estabelecidas no Reino e que se podem estabelecer de novo, como para os Estrangeiros, — suplica a Vossa Magestade a graça de autorizálo para obrar o que julgar conveniente a este respeito, expedindo Ordem ao Vice Rey (o que, por insinuação do Tribunal, tem já auxiliado estas emprezas), para que dezobrigue o Professor do serviço da Cadeira emquanto durar a Commissão, pondose substituto, na forma que dispoem o respectivo regulamento.

O Tribunal terá a honra de hir pondo na Prezença de Vossa Magestade os rezultados successivos das suas deligencias.

Real Junta do Commercio, em 21 de Abril de 1795 (2).

Documentam as experiências de João Manso Pereira,

---

(1) Também êste período parece incompleto.

(2) Torre do Tombo, arquivo da extinta Junta do Comércio, liv. xxvi de registo (1794-96), fl. 132 v.

nos domínios da cerâmica, as seguintes medalhas ou pseudo-camafeus:

I — Medalha oval, com 6 cent. no diâmetro maior e 51 mil. no menor. O busto, que representa D. João VI, de perfil, para a direita, é branco; o fundo, cinzento. Na parte inferior do reverso, lê-se, em caracteres itálicos, gravados na massa: — *Na Ilha Grande.*

Duma fazenda denominada *da Pedra*, que pertencia aos carmelitas do Rio de Janeiro e ficava na enseada da Ilha Grande, recebeu João Manso Pereira, segundo declara na sua memória, uma porção de argila *ho-ache*. Parece, pois, fóra de dúvida que essa valiosa peça (que pertence ao Museu Etnológico Português), é resultado dos ensaios do activo e inteligente naturalista brasileiro.

(Est. IV, n.º 3).

II — Medalha oval, com o busto da princesa D. Carlota Joaquina, de perfil, para a direita. O busto é branco e apresenta bastante relêvo; o fundo, cinzento. No reverso, igual ao fundo, tem, gravada, esta marca:

MANSO
R. JAN.

Dimensões da medalha, 20×27 mil. Da marca, 9×5 mil.

(Est. IV, n.º 4).

III — Medalha oval, com o busto do príncipe D. João, de perfil, para a esquerda. Como na precedente, — com a qual tem evidente afinidade, — o busto é branco e bas-

tante levantado. Fundo azul-claro, reverso cinzento. Não tem marca.

Dimensões, 18 × 25 mil.

(Est. IV, n.º 5).

De cada uma destas duas medalhas, conheço ùnicamente um exemplar. Pertencem ambos ao sr. conde do Almarjão, a quem tributo sinceros agradecimentos, pela amabilidade com que me permitiu estudál-os e fotografál-os.

IV — Medalha oval, com o busto de D. Pedro III (ao que se me afigura), em relêvo e de côr branca, sôbre fundo acinzentado. Mede no diâmetro maior 22 mil., e 19 no menor. Na secção do braço, as iniciais J. M. (João Manso).

Exemplar no museu da Academia das Sciências, onde também se guarda outro especime, de menores dimensões, — apenas *enchacotado*, segundo parece.

(Est. IV, n.º 6).

Para estas medalhas, e para algumas das que adeante descreverei em capítulo especial, por falta de elementos para as atribuir de preferência a êste ou áquele dos três centros em que, no último quartel do século XVIII, se ensaiou o fabrico da porcelana em domínios portugueses (Lisboa, Coimbra e Rio de Janeiro) — ¿que artistas abriram os cunhos? ¿João de Figueiredo, também? ¿Inácio José de Freitas, que foi discípulo de Joaquim Carneiro da Silva, e aprendera no Arsenal do Exército a gravura em relêvo? (1) ¿José Gaspart, que, em 1802, abriu na Casa da

(1) Raczynski, *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, pág. 104.

Moeda, com Simão Francisco dos Santos, António José do Vale e Francisco Xavier de Figueiredo, segundo desenho do insigne Sequeira, o punção do retrato do príncipe regente para as moedas? (1) ¿Paulo Aureliano Mangin, que, em 1777, gravou o cunho para as moedas de D. Maria I e D. Pedro III? (2).

É possível que a alguns dos gravadores mencionados se deva uma ou outra dessas medalhas.

IV

Domingos Vandelli, doutor em filosofia pela Universidade de Pádua e lente nessa faculdade, por convite do marquês de Pombal, na de Coimbra, fundou entre nós duas fábricas de loiça: — uma nesta última cidade, no rocio de Santa Clara, em 1784; outra posteriormente (3), no Cavaquinho (Vila Nova de Gaia). A ambas se refere José Acúrcio das Neves, nas suas *Noções*, informando que, na primeira, se produzia *a melhor faiança que temos tido* (4),

---

(1) Volkmar Machado, *Memorias*, pág. 281.

(2) Cardeal Saraiva, *Lista de alguns artistas portuguezes*, pág. 57.

(3) Talvez em 1789. Por decreto de 10 de Junho dêsse ano, transcrito a fl. 92 do liv. XXIII de registo (1788-90) da Junta do Comércio, foram aprovadas as condições duma escritura de concordata social, que, sôbre a fábrica do Cavaquinho, haviam celebrado, em 11 de abril do mesmo ano, João Bernardes Guedes, o dr. José de Araujo, José Pereira de Miranda, Caetano José dos Santos, João Roberto da Fonseca Torres e o dr. Domingos Vandelli.

(4) Esta apreciação, que mereceu já fundados reparos ao meu amigo e mestre o sr. António Augusto Gonçalves, é de todo o ponto

e também cadinhos e outros vasos destinados a laboratórios químicos: e, na segunda, loiça de pó de pedra, faiança, loiça preta, e de *diferentes qualidades*. (Págs. 242 e 243).

Num trabalho inserto nas *Memórias económicas da Academia Real das Sciências* (1), afirma Vandelli que obteve igualmente *amostras de porcelana, bem transparentes*, misturando com argila branca, de que, noutra memória (2), aponta diversos jazigos, o feldspato da Serra da Estrêla. E um seu discípulo — Manuel Dias Baptista, — em estudo publicado na mesma colecção (3), diz:

«No laboratorio Chimico desta Universidade (de Coimbra) se tem feito varias experiencias, por direcção do meu Sapientissimo Mestre, sobre a arte de fabricar a louça, das quaes experiencias se tem deduzido tanta vantajem sobre a louça branca, a de pó de pedra, *a porcellana*, e os cadilhos, que seria para dezejar, que as outras fabricas procurassem para o seu augmento o imitar as ditas experiencias.»

Nenhuma peça conheço que possa, com plausibilidade, atribuir-se aos ensaios de Vandelli. Das suas palavras e das de Manuel Dias Baptista, parece, porém, inferir-se que se não limitou à produção de peças infusíveis para trabalhos químicos a actividade do ilustre naturalista neste ramo da cerâmica.

---

injusta. As faianças de Massarelos e Miragaia (Pôrto), as do Rato, as de Brioso (Coimbra), as de Viana do Castelo, e porventura outras ainda, não são decerto inferiores às de Vandelli.

(1) Tom. I (Lisboa, 1789), pág. 176-186.

(2) Idem, pág. 223-236.

(3) Idem, pág. 254-298).

V

Enumerarei agora algumas outras medalhas que examinei, e que, sendo, como tudo leva a crer, resultado das tentativas de que nos ocupámos, tanto podem atribuir-se a Bartolomeu da Costa, como a João Manso Pereira, como a Vandelli, porque só a análise química lograria, porventura, esclarecer decisivamente o problema, e dêsse meio não pude socorrer-me, por não haver tido à minha disposição, como seria mister, fragmentos das duvidosas e das seguramente classificadas.

I — Medalha oval, com o busto de D. Maria I, de perfil, para a direita.

Exemplar na Academia das Sciências, apenas com a primeira cocção.

Dimensões, 28 × 35 mil.

Conserva-se também no museu da Academia uma reprodução, em gêsso, de molde igual, no desenho, ao que serviu para esta medalha, mas um pouco maior (30 × 38 mil).

(Est. V, n.º 1).

II — Medalha oval, com o fundo azulado, e tendo, numa das faces, o busto de D. Maria I, coroado de loiros, e, na outra, o de D. Pedro III, em trajo de côrte, ambos em relêvo, brancos, para a direita.

Dimensões, 20 × 25 mil.

O único exemplar que tenho encontrado desta medalha, pertenceu ao erudito e saüdoso oficial da biblioteca da Ajuda, Rodrigo Vicente de Almeida, e pertence actual-

mente ao sr. Martinho da Fonseca, apaixonado bibliófilo e estudioso bibliógrafo, a cuja benevolência devo o ter podido examinál-o, e reproduzil-o pela fotografia.

(Est. V, n.º 2).

III — Medalha oval, com o busto do príncipe D. João, de frente, em relêvo e de pasta branca, sôbre fundo côr de pinhão. Reverso branco.

Dimensões, 33 × 27 mil.

IV — Medalha idêntica à precedente, com o busto da princesa D. Carlota Joaquina.

De cada uma dessas medalhas, guarda-se um exemplar no gabinete de numismática e antiguidades do paço da Ajuda.

(Est. V, n.ºs 3 e 4).

V — Medalha oval, com o busto de Pio VI, de perfil, para a direita.

Peças de ensaio, correspondentes a dois cunhos, iguais quanto ao desenho, na Academia das Sciências. Dez exemplares de porcelana (biscoito), um de pasta côr de ardósia e um de gêsso.

Dimensões, 16 × 20 e 21 × 25 mil.

(Est. IV, n.º 7).

VI — Medalha circular, de assunto religioso, com a palavra ROMA no exergo.

Diâmetro, 26 mil.

Exemplar, — ainda em biscoito, — na Academia das Sciências.

(Est. V, n.º 5).

VII — Medalha circular, alegórica, assinada pelo gravador Augusto Dupré (1748-1833), e tendo, na parte superior, a legenda:

NON SINE DIIS ANIMOSUS INFANS

e no exergo:

17 OCT. 1777.
19 1781.

Diâmetro, 45 mil.

Esta peça foi decerto obtida por moldagem. A alegoria representa o auxílio dispensado pela França à nascente república dos Estados Unidos, contra a Inglaterra. Carta do sr. H. de la Tour, conservador da Biblioteca Nacional de Paris, veio confirmar esta interpretação, que já me havia sido sugerida por Gabriel Pereira.

Exemplar, sómente *enchacotado*, na Academia das Sciências.

(Est. V, n.º 6).

VI

Meros ensaios de laboratório, nenhuma destas tentativas logrou ser início de forte e duradoira indústria de concorrência.

A nossa primeira fábrica de porcelana foi a da Vista Alegre, fundada por José Ferreira Pinto Basto em 1824, mas que, a-pesar-de reiteradas experiências, não obteve, no primeiro decénio da sua existência, senão faiança, porque só em 1834, como de passagem recordei já, um obscuro aprendiz, Luís Pereira Capote, descobriu, no concelho da

Feira, em Vale Rico, o desejado caulino. Vê-se que tanto as indicações de Vandelli nos seus trabalhos sôbre matérias primas existentes no país, como a referência feita nas *Recordaçoens* de Jacome Ratton ao descobrimento de Drouet, estavam, embora recentes, completamente esquecidas.

Não cabe no plano dêste modestíssimo trabalho a história da fábrica da Vista Alegre, porquanto o objecto dêle são, como o próprio sub-título indica, os ensaios anteriores. Demais, ela foi já compilada numa excelente memória do sr. Marques Gomes (1). Os produtos dessa importante fábrica, que só emprega matérias primas nacionais, são colocados pelo sr. Charles Lepierre (2) no grupo das *porcelanas pesadas*, ao qual pertencem também as de Limoges, Hal, Berlim e Carlsbad.

VII

Ao forte impulso dado pelo enérgico ministro de D. José ao trabalho nacional, devem referir-se, mais ou menos directamente, como notou já o sr. Joaquim de Vasconcelos, os tentames que aí ficam memorados.

Enganára-se Pombal, apesar da lucidez e penetração da sua inteligência, supondo que, pela complicada sinergia das suas medidas protectoras e restritivas, conseguiria transformar, definitiva e ràpidamente, o modo de ser económico do país.

---

(1) *A Vista Alegre* — Apontamentos para a sua história. — Pôrto, 1883.

(2) *Estudo chimico e technologico sobre a ceramica portugueza moderna* (Lisboa, 1899), pág. 158.

Vinha de longe a decadência; o resurgimento empreendido, quando regente D. Pedro, pelo conde da Ericeira, sob a influência doutrinária dos nossos diplomatas, especialmente de Duarte Ribeiro de Macedo, fôra efémero e breve o contrariára o tratado de Methwen; e, além disso, não depende exclusivamente dos govêrnos (cuja missão é proteger o organismo social contra as influências que possam, acaso, perturbar a sua evolução) o progresso das nações.

Cumpre, todavia, reconhecer que não foi de todo estéril, neste ponto, a acção poderosa do Marquês de Pombal, que, na sua política, seguía evidentemente o exemplo de Richelieu, procurando por todos os meios fortalecer o poder do rei, e que, em matéria económica, tomára por modêlo Colbert, sendo, como êle fôra, acentuadamente protecionista (1), — a-pesar-de proclamada já a célebre máxima de Quesnay: — *Laissez faire; laissez passer.*

Se porventura o famoso estadista não conseguiu promover entre nós um renascimento industrial perdurável e dia a dia consolidado, deve-se-lhe, no entanto, aplauso e reconhecimento pelas suas providências e resoluções, pois que se traduziram, como algures observa Latino Coelho, em honrar o trabalho e distinguir os homens que lidavam na indústria e no comércio.

---

(1) Vid. a pág. 101 do tom. 1 das suas *Variedades sobre objectos relativos ás artes, commercio e manufacturas* (Lisboa, 1814), um interessante artiguinho de José Acúrcio das Neves — «Systema de Colbert adoptado pelo marquez de Pombal».

NOTAS E ADITAMENTOS

A

Em comentário à introdução desta tentativa histórica, após o seu aparecimento na revista lisbonense *Terra Portuguesa,* publicou o sr. Ludovico de Menezes, no jornal *O Século* (edição da noite), as seguintes eruditas notas, acêrca do significado do termo *porcelana:*

... o seiscentista (Manuel Severim de Faria) empregou o vocábulo com precisão, na acepção que tinha no seu tempo e desde a idade média lhe fôra dada, correspondente ao seu sentido originário.

Porcelana vem do italiano *porcelana,* nome duma concha de feitio exquisito, mas duma belíssima côr de rosa e brilhante esmalte de fundo branco. Por virtude da lindeza do material, os antigos serviam-se desta concha para fazer «huns vasos que em certo modo respondiam ao que hoje chamamos Porcelana» (*Vocabulário* de Bluteau).

Com o tempo, o sentido da palavra estendera-se ao próprio nacar, que por *porcelana* era conhecido: — «Nome dado antigamente ao nacar» (Larousse). E, por extensão, eram designados também por *porcelana* os objectos decorativos fabricados com a substância opalina e transparente extraída da concha veneziana, do *veneżeus murex,* que era antigamente o seu nome latino, correspondente à sua forma obscura.

No decorrer dos séculos, a significação da palavra *porcelana* tornou-se mais extensa ainda, abrangendo, por similitude do brilho e aspecto, a própria louça vidrada, a que, em cerâmica, damos hoje o nome de *faiança:* — «Nome dado outr'ora a certas faianças finas e louças envernizadas» (Larousse).

«*Porcelana,* no sentido moderno da palavra, não aparece senão nos fins do XVII seculo» (Larousse). E a designação devia ter vindo

da mesma parecença da louça da China, na riqueza do seu colorido, finura da pasta, brilho e transparência delicada, com a diafaneidade da concha nacarina, mediterrânica, a que, por motivo dessa parecença foi buscar o seu nome.

Entre nós, a palavra *porcelana* em tôdas as suas acepções anteriores aparece empregada. Já a vimos em Severim de Faria, no sentido cerâmico de faiança; mas o documento mais rico sob êste ponto de vista e que melhor nos vai elucidar sôbre o assunto, ministrando os necessarios esclarecimentos para isso, são as *Prov. da Hist. Gen. da Casa Real.*

Encontra-se a pag. 415 do volume III destas *Provas* a relação de — *O Prezente que ElRey Dom Henrique, que estê em gloria, mandou ao Xarife*, e, nesta relação, a pág. 419, se acha mencionada com o título — *Huma Caxa em que vão as perçolanas seguintes*, esta passagem:

«Dez pratos de perçolanas grandes. Seis perçolanas de tigela grande... Vinte escudelas de perçolana branca. Seis perçolanas de prato grande. Quarenta perçolanas de palangana pequena... Sinco escudelas de perçolanas douradas... Quatro camaroens de perçolana da China dourados. Quatro peças de perçolana de Serpente douradas. Duas perçolanas grandes de escudela. Nove perçolanas de leite. Duas perçolanas grandes de prato .. Quarenta perçolanas de tigella douradas de diversas cores... quatro alguidares de perçolanas pequenas»

É documento sem data; mas nenhuma dúvida há de que, já pela fórma, já pela serventia e uso das porcelanas referidas na nota anterior, se trata nela de faianças, os dourados devendo ser os das decorações que ornamentavam a louça. A especificação de «porcelana da China» mostra que, a êsse tempo, se distinguia já a verdadeira porcelana da faiança fabricada na Europa.

Mas o que não percebo é a passagem embrulhada nesta algaravia da *Relação* da Guarda-Roupa de El-Rei D. Manuel, etc. (vol. II, pág. 346-348, documento de 1535):

«Quatro porcelanas da China de prata». *China de prata* não faz sentido.

Certo é, porém, que, se dissesse simplesmente «quatro porcelanas de prata», compreendia-se, porque a joalharia tomára já conta do

recado e os ourives largamente fabricavam certos vasos de ouro e prata, chatos e covos, que aparecem mencionados com o nome de *porcelanas*, como se vê no *Quaderno das cousas de ouro, e prata, e joyas, que levou a Princeza D. Maria a Castella*, etc. (vol. III, pág. 167 seg., documento de 1544):

«Pezarão duas porcelanas de prata, brancas, lizas, com seus pés picados dentro de folhas... Pezarão outras duas porcelanas de prata, brancas, lisas, doutra feição... Pezou outra porcelana côva, com seu pée de prata branca... Pezou outra porcelana pequena, redonda, esmaltada de azul por fóra... Pezou huma porcelana de ouro, redonda, chã, lavrada desmalte azul... Pezou outra porcelana pequena de ouro, a maneira de copo de Caliz, esmaltada de azul por fora ..» Confirma esta passagem o lexicografo Morais: — «*Porcelana.* Almofia ou vaso dessa louça, similhante a uma grande tijela. Tambem os havia de prata». (Dicc.).

Mas a fantasia dera já largas à significação do vocábulo *porcelana* e empregava-o com grande latitude, para designar, até, objectos que não eram de cerâmica, nem de joalharia, como se vê:

«Quatro porcelanas, a saber: tres de agata, huma de jaspe, guarnecidas, bocal e pé, douro. ..» (Inventário exarado a pág. 761 seg.» do vol. II, doc. de 1558).

Finalmente, «entendia-se na idade media e durante o seculo XVI, sob o nome de porcelana, ora o nacar da perola, ora a substancia clara e polida de outras especies de conchas, confeccionada pelos ourives e outros artifices do oficio» (Larousse).

Tambem esta variante de sentido, como jóia, se acha indicada nas *Provas:* — «Seis manilhas de porcelana, encastoadas em ouro esmaltado; e ás duas falecem peças da porcelana; pesarão, etc.» (Dote da Infanta D. Beatriz, duquesa de Saboia, etc., vol. II, pág. 445 seg., documento de 1522).

B

Como se viu, houve quem atribuísse, mais a favoritismo do marquês de Pombal, do que a merecimentos reais e incontestáveis, as recompensas e distinções de que Bartolomeu da Costa foi objecto. É

certo, no entanto, que, do govêrno de D. Maria I, também êsse oficial recebeu provas de elevado apreço.

Assim, no alvará de 21 de Março de 1781, pelo qual a rainha fez mercê a José Xavier da Cunha de Eça Teles de Meneses, filho do falecido marechal de campo Manuel Gomes de Carvalho e Silva, tenente general de artilharia, da propriedade dêste cargo, e nomeia para o servir, durante a menoridade do agraciado, seu tio, João da Cunha de Eça, declara-se: — « .. e Ordeney que fique em seu vigor a Intendencia Geral das Fundiçoens da Artelharia e Lavoratorios dos Instrumentos Belicos deste Reyno, de que está encarregado o Brigadeiro Bartolomeu da Costa, e em que tem cumprido á minha satisfação, correspondendo ao muito que confio do seu prestimo e talentos (1)».

Em 1786, foi-lhe dado o hábito da Ordem de Cristo, com a tença anual de 150$000 réis, em atenção ao seu notório merecimento e ao útil serviço que tinha feito e continuava fazendo no Arsenal do Exército, com crédito dó seu nome e da sua profissão (2).

C

Ao serviço descrito a pág. 62, contrapõe o sr. Joaquim de Vasconcelos uma peça exposta pelo sr. Marciano de Azuaga em 1882, no Pôrto, a qual oferece uma pintura da estátua eqüestre, mas foi, sem dúvida, fabricada na China. A própria pintura tem, pela interpretação, um carácter acentuadamente oriental. Só pelo motivo é portuguesa. «El-rei D. José — diz o sr. Vasconcellos (3) — está vestido como um verdadeiro mandarim, com largas roupas chinezas; nem sombra da couraça que reveste a figura em Lisboa. A physionomia é puramente chineza».

Creio que essa peça, — uma tigela, — fazia parte do serviço a que

---

(1) Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. Maria I*, liv. 16.°, fl. 190 v.°. — Êste alvará está publicado na integra no *Diccionario... dos architectos* de Sousa Viterbo, tomo I, pág. 236.

(2) Tôrre do Tombo, *Registo de Mercês de D. Maria I*, liv. 20.°, fl. 193 e seguintes, e *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 18.°, fl. 35. — Vid. Sousa Viterbo, op. e tom. cit., pág. 237.

(3) *Ceramica Portugueza*, série II, pág. 93.

se refere a seguinte passagem duma carta do meu extinto amigo visconde de Castilho:

«Ouvi ao nosso saudoso Antonio da Silva Tullio, tão sabedor de antiguidades patrias, ter havido uma baixella riquissima, mandada fazer na China, por encommenda do Senado de Lisboa, para servir nos banquetes dados pelo mesmo Senado á Côrte, ao alto Commercio, á Magistratura, ao Corpo diplomatico, por occasião de se celebrar em 1775 a inauguração da estatua equestre d'el-Rei D. José no Terreiro do Paço.

«Não lhe dou certamente novidade com isto, mas talvez não saiba que a baixella desappareceu. Em vez de se conservar cuidadosamente, como mais um padrão artistico, entendeu o Senado, com indulgencia que excedia seu tanto os limites da bondade, distribuir todas as peças d'esse conjuncto magnifico por quem as pedia como recordação; e sumiram-se!

«Silva Tullio, o meu erudito chefe nos bons tempos da Bibliotheca Nacional, entrando uma vez na loja de um *cabeça de pau*, topou com um dos pratos da baixella, que elle só por tradição conhecia. Comprou-o logo entre outros, e guardava-o com avareza. A avareza d'aquelle excellente homem não foi, porem, tão absoluta, que o impedisse de doar o precioso espécimen á Academia Real das Bellas-Artes, a pedido do talentoso Inspector Marquez de Sousa Holstein.

«Em 18 de Agosto de 1889 o nosso commum amigo Dr. Xavier da Cunha quiz ter a amabilidade de me offerecer, como ornamento da minha já vasta collecção de assumptos *olisiponianos*, um prato para doce, que fizera parte da citada baixella, e que elle achou n'um basar qualquer, conhecendo já a *especie* por fama. Quando o vi, reconheci logo a identidade do desenho d'este com o de Tullio, que eu mais de uma vez observára attentamente.

«Primorosa coisa! não sei se o meu D. José se recorda de ter notado este lindo objecto, pendente da parede da minha sallinha da esquina, que dá sobre o parque dos Duques de Palmella. Se não se lembra, aqui vae a descripção:

«Mede este pratinho 17 centimetros de diametro. A borda é leve-

mente ondulada em gomos, com uma pequenina cercadura verde entre dois filetes de oiro. Na mesma borda vê-se um festão de rosas e folhas em seis apanhados. Na intersecção d'ella para o côvo do prato corre uma cadeiasinha de elos pretos e doirados; e no fundo, como quadro em moldura, avulta um desenho á penna representando o monumento d'el-Rei D. José, com uma circumstancia: o obscuro desenhista chinez (Deus lhe fale n'alma) valeu-se de alguma gravura que de cá lhe mandariam; imaginou que os grupos lateraes eram de bronze como o cavalleiro, o bucephalo e o medalhão do Marquez de Pombal, e por isso doirou tudo; quer dizer: aperfeiçoou a seu modo.

«Entendi, meu caro amigo e collega, dever communicar-lhe tudo isto; porquê? por se tratar de um producto da ceramica nacional? não; mas por se referir a uma obra, que, embora não seja portugueza na feitura, o é na encommenda e na feição.

«Se quizer dar esta *novidade velha* aos seus leitores, parece-me lhes fará bom serviço, pondo-os de atalaia. Oxalá appareçam mais pratos, e terrinas, e travessas, d'aquelle numeroso grupo, interessante por mil motivos!»

O sr. Luís Keil possui uma chávena, cuja ornamentação tem evidente analogia com a do serviço a que me referi no comêço desta nota. Essa linda peça é, contudo, indiscutivelmente chinesa — pela regularidade impecável da forma, pela translucidez da pasta, pela igualdade do esmalte. Sòmente a decoração, executada a pincel, revela, pela concepção, origem europeia.

É uma porcelana feita na China por encomenda e que porventura serviu de modêlo ao autor do aludido serviço, — Bartolomeu da Costa, ou João Manso Pereira.

D

O *F. A. Raposo* que assina a medalha de 1834 (pág. 70), é sem dúvida o brigadeiro Francisco António Raposo, que, segundo o *Almanach* de 1826, pertencia ao Real Corpo de Engenheiros e morava na rua da Rosa, n.º 111. Deve ser o mesmo *F. Raposo* que o autor

— *P* — dum artigo acêrca do palácio da Ajuda, no 1.º vol. do *Archivo Pittoresco*, diz ter também dirigido as obras dêsse edifício.

Estes *Raposos* nasceram, viveram e morreram no Arsenal do Exército e deram, até, o nome a uma travessa que há na rua do Paraiso e vai acabar na travessa do Zagalo, à Fundição.

Em 1786, havia dois capitães de artilharia de apelido *Raposo*, ambos sócios da Academia, ambos moradores *nas casas da Fundição* — diz o *Almanach. (Comunicação de Gomes de Brito)*.

E

O cunho da medalha de D. Maria II, de que me ocupei a pág. 70-71, é também, segundo me comunicou o meu saudoso confrade Gomes de Brito, o duma curiosidade que se pretende ser comemorativa duma visita daquela soberana à fábrica de vidros da Marinha Grande.

« Tenho dois exemplares de tal curiosidade — dizia-me G. de Brito. São dois copos lavrados, chamados copos de água, tendo na parte superior uma espécie de bracelete, formado por oito escudetes, em um dos quais se introduziu com muita perfeição e limpeza um busto da Rainha, tal qual o do n.º 2 da est. IV, moldado, ao que me quer parecer, em cartão-pergaminho alvissimo, recortado pela *silhouette*.

«É evidente que este recorte foi aplicado pela parte externa do copo, colocando-se-lhe após a chapa de vidro que o retem.

«Esta colocação é tão perfeita, que não há meio de se perceber a *fissure* ou aresta, denunciadora da superposição. De modo que, visto o busto através do cristal, acredita-se num milagre».

F

Como elementos para a biografia, ainda não estudada, de João Manso Pereira, indicarei os seguintes documentos:

Provisão de 15 de outubro de 1778, nomeando-o professor substituto de gramática latina para a Baía com o ordenado mensal de 20$000 réis. (*Chanc. de D. Maria I*, liv. 14.º, fl. 27).

Provisão de 18 de março de 1779, nomeando-o, com igual vencimento, professor substituto de retórica na mesma cidade. (Id., id., fl. 109 v.º).

Consulta da Junta do Comércio, de 23 de março de 1797, favorável à concessão do privilégio que João Manso Pereira (então professor régio de gramática latina em o Rio de Janeiro) requerera para a preparação e exportação duma aguardente semelhante à da Jamaica. (Junta do Comércio, liv. XXVII de registo, — 1796-1797, — fl. 92).

No riquíssimo arquivo do extinto Conselho Ultramarino (Biblioteca Nacional), descobriu em tempo o laborioso investigador, general Brito Rebelo, alguns documentos relativos a João Manso Pereira. Infelizmente, foi-me impossível reencontrá-los, não obstante as diligências que para isso empreguei.

G

Do anverso da medalha que representa o aparelho com que foi elevada da casa da fundição a estátua eqüestre, existe no Museu de Artilharia um molde ou contra-cunho de gêsso e respectiva reprodução em cera, de maiores dimensões que as dos exemplares de porcelana conhecidos. Mede 77 × 128 mil.

Nesse Museu, encontram-se também os seguintes cunhos, cuja existencia, ali, reforça, pelo que toca aos duvidosos, a hipótese de serem devidos a João de Figueiredo, e as suas reproduções em porcelana a Bartolomeu da Costa:

D. Maria I, de perfil, para a direita. (Alt., 38 mil.).

D. Maria I, de frente. (Cunho e contra-cunho).

D. Maria I e D. Pedro III, de perfil, para a direita, com a legenda — MARIA I ET PETRO III PORTUGALIAE REGIBUS. (Diametro, 4,5 cent. — Contra-cunho e reprodução em chumbo).

D. Maria I e D. Pedro III, de perfil, para a direita. (Sòmente os bustos. — Alt., 38 mil.).

Principe D. José, de frente. Na parte inferior: — 1. FIG.DO 1783. (Contra-cunho).

D. Pedro III, de perfil, para a direita. (Contra-cunho) (1).
D. Carlota Joaquina, de frente.

Da medalha alusiva à protecção concedida pela França aos Estados Unidos, guarda-se ali um molde de chumbo e uma reprodução em gêsso. O exemplar de porcelana existente na Academia das Sciências deve, pois, ser também obra de Bartolomeu da Costa.

Da medalha de D Maria II, assinada pelo gravador Barre, há no Museu de Artilharia um exemplar de metal (bronze doirado?). Tem no reverso o escudo das armas portuguesas, e em volta as palavras — Gloria Salus Patria Libertas. A esta medalha refere-se Lopes Fernandes na sua *Memoria*, pág. 95, med. 103.

Foi José Queiroz quem me denunciou as interessantes espécies mencionadas nesta nota.

H

Afóra alguns exemplares da pequena medalha de D. Maria I datada de 1782, e dum da medalha com o busto de D. Pedro III e as iniciais *J M*, encontram-se nas valiosas colecções artísticas do sr. Luís Keil as seguintes espécies, que são, indiscutìvelmente, resultado dalguma das tentativas anteriores à fundação da fábrica da Vista Alegre:

Medalha oval, com o busto de D. Maria I, de perfil, para a esquerda. O busto é de pasta desigual, branca-azulada; o fundo, côr de pinhão. Á direita, na parte inferior, as iniciais *S L*, que não sei interpretar.

Medalha oval, com o busto do príncipe-regente, D. João, de frente. O busto é branco; o fundo, de côr escura (2 exemplares).

Como estejam engastadas, não pude observar-lhes o reverso, onde, porventura, se encontraria alguma data, legenda ou marca.

I

Tive, recentemente (Junho de 1923), ocasião de examinar duas medalhas pertencentes ao distinto aguarelista Alberto Sousa, uma das

(1) Parece-me ser o molde duma das faces da medalha representada sob o n.º 2 na est. V.

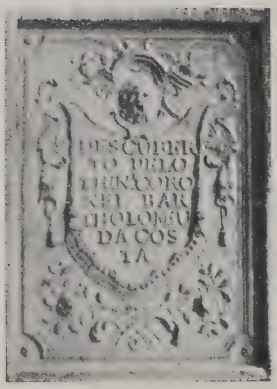
quais constitue, sem dúvida, o par daquela que descrevi a pág. 77 (est. IV, n.º 4). É em tudo absolutamente idêntica a essa, apresentando, porém, em vez do busto de D. Carlota Joaquina, o de seu marido, o principe D. João.

A outra — peça de ensaio, imperfeita, completamente branca — dá-nos, de frente, o busto da princesa D. Carlota Joaquina, é oval, mede 25 × 18 mil. e não tem marca.

1

2

3



1

2

3

4

ESTATUA EQUESTRE DE S. MAGESTADE FIDELISSIMA JOZE I.

PRIMEIRA PORCELLANA
ACHADA EM PORTUGAL
EM 1725. DESCUBRIUA
PELO BRIGADEIRO
BARTHOLOMEU DA
COSTA NO MESMO
TEMPO EM QUE CON
TINUAVA O TRABA
LHO DE FUNDIR AR
AL DE S. ESTATUA

1

4

2

5

6

3

7

1

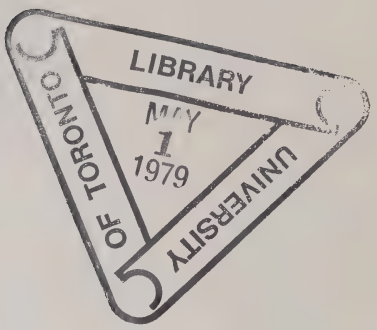
2

5

3

4

6


LIBRARY
MAY
1
1979
UNIVERSITY
OF TORONTO

EDIÇÕES
DA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA
(Colecção louvada pelo Ministério da Instrução Pública)

Publicados:

I. — VERGÍLIO CORREIA. — Um túmulo Renascença. A Sepultura de D. Luís da Silveira em Gois. Com um prefácio do Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. . . . . 4$00

II. — D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal. Ed. refundida e ilustrada. 1 vol. broch. Esgotado

III. — INDEX DA FAZENDA DO MOSTEIRO DE CELAS. — Manuscrito de Fr. Bernardo d'Assunção, publicado e revisto pelo Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. 6$50

IV. — JOSÉ DA CUNHA TABORDA. — Regras da arte da pintura, com breves reflecções críticas sobre os caracteres distinctivos das suas escolas, vidas e quadros dos seus mais célebres professores. Escritas na língua italiana por Michael Angelo Prunetti e acrescida duma Memória dos mais famosos pintores portugueses e dos melhores quadros seus. 1 vol. broch.
Em papel de algodão. . . . 8$00

V. — CYRILLO VOLKMAR MACHADO. — Collecção de Memórias, relativas ás vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, e estrangeiros, que estiverão em Portugal. Revista e anotada pelos Drs. Teixeira de Carvalho e Vergílio Correia. 1 vol. broch.
Em papel de algodão. . . . 10$00

VI. — VERGÍLIO CORREIA. — Sequeira em Roma. Duas épocas. (1788-1795 — 1837)
Em papel de algodão. . . . 6$50

VII. — HENRIQUE FERREIRA LIMA. — Joaquim Rafael, pintor e escultor portuense . . . . . 6$50

VIII. — ANTONIO AUGUSTO GONÇALVES. — Estatuária lapidar no Museu Machado de Castro de Coimbra. Com ilustrações . . . . . 13$00

IX. — PEDRO FERNANDES THOMÁS. — Canções da Beira . . . . . 11$00

X. — D. JOSÉ PESSANHA. — O cális de ouro do Mosteiro de Alcobaça. — A porcelana em Portugal (primeiras tentativas.

A sair

J. C. RODRIGUES DA COSTA. — João Baptista, gravador português do século XVII (1628–1680). Contribuição para a história da gravura em Portugal.

D. JOÃO IV. — Defensa de la música moderna contra la errada opinion del obispo Cyrillo Franco. Rev. pelo Sr. Viana da Mota.

JOAQUIM MACHADO DE CASTRO. — Opúsculos. Ed. revista pelo Sr. H. Ferreira Lima.

VERGÍLIO CORREIA. — Artistas de Lamego.
Santa Cruz de Coimbra. — Artistas e obras de arte.
Artistas portugueses em Itália.

A. CALDEIRA PIRES. — História do palácio nacional de Queluz. Com ilustrações.

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

NK
7225
P48

Pessanha Jose
O calis de ouro do Mosteiro de Alcobaca

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 12 02 20 11 002 8